



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA-PRPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL-
PPGDR**

ANA CAROLINA SANTOS FERREIRA

**RÁDIO E POLÍTICAS DE SAÚDE: O COMBATE ÀS ARBOVIROSES EM
CAMPINA GRANDE**

CAMPINA GRANDE- PB

2023

ANA CAROLINA SANTOS FERREIRA

**RÁDIO E POLÍTICAS DE SAÚDE: O COMBATE ÀS ARBOVIROSES EM
CAMPINA GRANDE**

Dissertação de Mestrado a ser apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPG/UEPB), para defesa final como requisito à obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional .

Orientador: Cidoval Moraes de Sousa

CAMPINA GRANDE- PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383r Ferreira, Ana Carolina Santos.
Rádio e políticas de saúde: o combate às arboviroses em Campina Grande [manuscrito] / Ana Carolina Santos Ferreira. - 2023.
71 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. Cidival Morais de Sousa, UEPB - Universidade Estadual da Paraíba."
1. Desenvolvimento. 2. Política pública. 3. Saúde. 4. Comunicação. 5. Rádio. I. Título

21. ed. CDD 070.194

ANA CAROLINA SANTOS FERREIRA

**RÁDIO E POLÍTICAS DE SAÚDE: O COMBATE ÀS ARBOVIROSES EM
CAMPINA GRANDE**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPG/UEPB), como requisito à obtenção de título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 23/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Cidoval Morais de Sousa
Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa
Orientadora e Presidente da Banca

José Luciano Albino Barbosa
Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa
Membro da Banca interna

Antonio Roberto Faustino da Costa

Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa
Membro da Banca

Monica Franchi Carniello

Profa. Dra. Monica Franchi Carniello
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força e coragem diária para enfrentar os desafios ao longo desta jornada.

Agradeço a minha família, em especial a minha, mãe Maira de Lourdes e a meu pai, Amadeu Clemente, que sempre me ensinaram que o estudo me levaria a descobertas incríveis.

Agradeço a meu namorado Gláucio Bezerra, que mesmo nas horas mais difíceis acreditou, e me fez acreditar que este sonho era sim possível, e está sendo.

Gratidão aos colegas que o PPGDR me presenteou ao longo desta jornada, sempre apoiando um ao outro, e assim estamos seguindo e concluindo esta etapa juntos.

Meu agradecimento a meu orientador, Cidoval Moraes que acredita na educação, na pesquisa e é inspiração para todos que podem lhe chamar de professor e ainda mais de orientador.

Finalizo meu agradecimento a UEPB que faz parte de minha vida profissional e acadêmica desde o então pré-vestibular, graduação em jornalismo, estágio e parcerias na Coordenadoria de Comunicação da instituição, até o Mestrado em Desenvolvimento Regional. Para onde eu for, foi aqui que tudo começou, e a gratidão será eterna.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a relação da programação jornalística do rádio para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde no combate das arboviroses, em Campina Grande na Paraíba. Identificando, assim, a atuação do rádiojornalismo para o Desenvolvimento Regional diante dos problemas de saúde pública no enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika, e da ausência do Estado. Observamos, para tal, o jornal Correio da Manhã, da Rádio Correio 98.1 FM, jornalístico matutino com foco na prestação de serviço (jornalismo de serviço), com destaque para sua atuação ao informar, comunicar e educar a população ao pautar a saúde. Os meios de comunicação desempenham papel essencial ao ser compreendido como espaço de fala, onde é possível identificar e nele buscar soluções para os problemas que afligem determinados grupos da sociedade, e que por meio deste veículo opinam, cobram e buscam soluções efetivas para os desafios enfrentados diariamente na busca do bem-estar social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Política Pública; Saúde; Comunicação; Rádio.

ABSTRACT

This research analyzed the relationship between radio journalistic programming and the development of public health policies to combat arboviruses, in Campina Grande, Paraíba. Thus identifying the role of radio journalism for Regional Development in the face of public health problems in combating Dengue, Chikungunya and Zika, and the absence of the State. To this end, we observed the newspaper Correio da Manhã, from Rádio Correio 98.1 FM, a morning newspaper with a focus on service provision (service journalism), with emphasis on its role in informing, communicating and educating the population when it comes to health. The media play an essential role in being understood as a space for speech, where it is possible to identify and seek solutions to the problems that afflict certain groups in society, and through this vehicle they give opinions, demand and seek effective solutions to the challenges faced. daily in the pursuit of social well-being.

Keywords: Development; Public Policy; Health; Communication; Radio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estúdio da rádio Correio 98.1 FM em Campina Grande-PB.....	52
Figura 2 - Avenida Canal em Campina Grande.....	55
Figura 3 - Armadilhas para o Aedes Aegypti.....	59
Figura 4 - Levantamento rápido de denúncias recebidas no Disk Dengue, e solucionadas pela secretaria de saúde, por ano referente a 2021 e 2022. E o levantamento rápido de denúncias recebidas no Dengue Zap, e solucionadas pela secretaria de saúde, por ano referente a 2021 e 2022.....	61
Figura 5 - Mapa de Campina Grande – PB/2023.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento Histórico do Índice Geral do LIRA (Levantamento de Índice Rápido para o Aedes Aegypti) Em Campina Grande/PB de 2015 – 2022	53
Quadro 2 - Índices de infestação ao ano, por localidade (Bairro) em Campina Grande/PB de 2015-2022	54
Quadro 3 - Dados anuais de casos de dengue, Chikungunhya e Zika na Paraíba de 2015 a 2022:	56
Quadro 4 - Óbitos por arboviroses. Os boletins registram como mortes suspeitas, em investigação, e confirmados. E considera as notificações recebidas no período de 24 horas pela Vigilância Estadual.	57
Quadro 5 - Projetos de combate e enfrentamento ao Aedes Aegypti desenvolvidos entre os anos 2014 a 2022	60
Quadro 6 - Presença do tema das arboviroses no noticiário Correio da Manhã.	62
Quadro 7 - Caracterizando as áreas de maiores interações com tema arboviroses no Correio da Manhã, no período observado. Descrevendo bairros, ouvinte e questionamentos.	64
Quadro 8 - Interação do ouvinte do Correio da Manhã e resposta do poder público	66

LISTA DE SIGLAS

AM	Amplitude Modulada
FM	Frequência Modulada
LIRA	Levantamento de Índice Rápido para Aedes Aegypti
NOB	Normas operacionais Básicas
NOAS	Norma Operacional de Assistência a Saúde
PSF	Programa de Saúde da Família
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2.	O RÁDIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS	20
2.1	Evolução tecnológica	20
2.2	A convergência midiática ampliando as ondas sonoras	22
2.3	Conteúdo radiofônico e o jornalismo de serviço: informando, educando e comunicando (IEC)	25
2.4	Radiojornalismo em Campina Grande	27
3	COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE	29
3.1	Comunicação e Desenvolvimento Regional	29
3.2	Meios de comunicação: poder político-social	34
3.3	Políticas de saúde na promoção do bem-estar	38
3.3.1	<i>Bem-estar social</i>	39
3.4	Saúde: um direito social no Brasil	41
4	PROGRAMA CORREIO DA MANHÃ: EM PAUTA ARBOVIROSES E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM CAMPINA GRANDE	44
4.1	A saúde na mídia: arboviroses em pauta	44
4.2	Programa Correio da Manhã	50
4.3	Poder público e o combate as arboviroses em Campina Grande	52
4.4	Arboviroses em pauta no Correio da Manhã	62
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com a Covid-19, desde de 2019, tornaram-se o centro de discussões da saúde em todo o mundo. A prioridade no combate ao novo coronavírus acabou se sobrepondo as demais ações da saúde pública no cuidado e combate as outras doenças, como as arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya), causadas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, provocando assim o não acompanhamento constante da proliferação do mosquito e a subnotificação de óbitos e pessoas infectadas.

Os meios de comunicação pautavam diariamente a Covid: causas, números de mortes e infectados, busca pela vacina, reforço a campanhas de isolamento social e prevenção a doença, buscando ampliar cada dia mais as informações a cerca da pandemia, inclusive com a criação de um consórcio de imprensa reunindo os maiores veículos de comunicação do país para o monitoramento da doença, diante da ausência de informações que não eram repassadas pelo governo. A população recebia de todas as formas conteúdos sobre a Sarscov 2¹. A pressão social sobre o Estado para atender as demandas de saúde, diante da oferta massiva de conteúdos sobre a Covid-19, nos fez refletir sobre como os meios de comunicação abordam as arboviroses: Dengue, Chikungunya, e a Zika presentes no Brasil desde meados dos séculos 17 e 19 e que se tornaram ao longo dos anos um desafio para a saúde pública do país.

Diante do agendamento das ações do poder público pelos meios de comunicação, vamos analisar a relação rádio, sociedade e Estado (poder público); e contribuição da mídia para a promoção da saúde, compreendendo como esta é tratada nos noticiários, e, conseqüentemente, como esta presente na sociedade diante da ausência do Estado.

Pensar a comunicação como espaço de agenda para a realidade social é ir além de debates políticos e identificar de fato como se comporta a sociedade, o Estado e os meios de comunicação nesta relação histórica, modificada pela tecnologia das mídias. Para melhor compreensão focaremos em um meio de comunicação de massa cuja interação com a sociedade é essencial: o rádio que está presente diariamente na vida das pessoas, seja em casa, no carro, ou até

¹sarscov 2: vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19.

mesmo na palma da mão. O estudo pretende evidenciar como o rádio é usado, por exemplo, no acompanhamento das necessidades de políticas efetivas no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

É com a programação jornalística que o rádio se mantém efetivamente firme e presente no dia a dia da sociedade, que encontra nele espaço de busca para aplicação de políticas públicas que sejam essenciais para o desenvolvimento da economia, educação, meio ambiente, saúde e bem-estar social. Com a evolução tecnológica, a sociedade começou a usar os meios de comunicação para fazer reivindicações, ampliando sua representatividade na busca por melhorias para as cidades (GOMES, 2017).

É também nesta atuação que podemos identificar a relação: comunicação e desenvolvimento regional, seja pautando, ou dando voz às necessidades e questões sociais, ou mostrando à necessidade de saneamento básico como ação efetiva na busca pelo bem estar social. No combate a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, por exemplo, esta atuação centra-se, em sua maioria, na identificação do problema, no educar a população e pouco na atuação do Estado para a promoção de qualidade de vida.

De modo mais amplo vamos analisar a atuação do rádio relacionada a presença das arboviroses na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Vamos compreender o papel da mídia para a promoção da saúde como um bem social para além da cura e combate a doenças. Como objeto empírico, escolhemos o programa '*Correio da Manhã*' transmitido pela Rádio Correio 98.1 FM, do Sistema Correio de Comunicação. O objeto foi escolhido para análise diante de sua atuação com o chamado jornalismo de serviço e influencia sobre as camadas mais populares da sociedade, mesmo sendo uma emissora comercial. Sendo ainda fator contribuinte para tal escolha, nossa relação direta como atual produção executiva do programa.

A pesquisa inicia com apontamentos teóricos sobre o rádio: evolução histórica, técnica e de convergência midiática, desde os anos 1920 até os dias atuais. Analisamos a ampliação de som, imagem e texto que o rádio utiliza para expandir sua relação com o ouvinte tornando-se cada vez mais multimídia, mudando as formas de estar presente e levar conteúdo até as pessoas, destacando o jornalismo de serviço.

Em seguida apresentamos a relação entre Comunicação e Desenvolvimento Regional; as relações de poder da mídia sobre a sociedade e o estado na busca de

promoção de políticas de saúde como um direito que deve ser garantido pelo poder público (estado). Apresentamos aqui o funcionamento de órgãos, conselhos, sistema de saúde, normas, gestões e programas que visam a promoção do bem-estar. Identificamos que os meios de comunicação exercem poder político diante da sociedade, esta relação é essencial para a manutenção da mídia, e para a ação efetiva do estado enquanto provedor de políticas públicas, e muitas vezes, exercendo influência no conteúdo divulgado nos veículos de comunicação, seja de forma publicitária ou até mesmo em forma de poder político sobre os veículos.

Na parte final de nossa análise discutimos a série histórica de 2015 a 2022 sobre infestação, contaminação, mortes e combate a Dengue, Zika e Chikungunya em Campina Grande (PB), seguida de uma análise direta do jornalístico “Correio da Manhã” ao pautar a saúde pública. O programa foi gravado e analisado por 24 semanas do ano de 2022, foram identificadas as abordagens sobre arboviroses, e a presença da sociedade e do estado diante das questões acerca do *Aedes Aegypti*. Concluímos nossa pesquisa em uma observação sobre como os meios de comunicação abordam a saúde pública, e o combate as doenças que há anos causam mortes e deixam marcas em nossa história. Compreendemos os meios de comunicação como informadores, educadores e comunicadores essenciais na busca, no planejamento e aplicação de políticas de saúde, ao mesmo tempo em que demonstram ser transmissores de conteúdos ofertista e publicitários do governo no reforço a responsabilização social na proliferação do mosquito.

2. O RÁDIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

2.1 Evolução tecnológica

Desde 1896 quando foi inventado pelo físico italiano Guglielmo Marconi, o rádio vem passando por adaptações tecnológicas, aparelho inicialmente usado como meio de comunicação sonora, para comunicação de tropas em conflitos, logo se popularizou pelo mundo e hoje converge em som, imagem fixa ou/e em movimento e texto. Adaptações necessárias de acordo com a evolução tecnológica e exigências do receptor e do mercado da comunicação e publicidade.

De início com função militar e, posteriormente, o rádio chega aos lares civis ganhando espaço no mercado e tendo agora função e espaço comercial. O seu poder de despertar a imaginação do ouvinte em tornar real em sua mente o que ouve somada a sua tecnologia que possibilita a transmissão de mensagem sem fio usando ondas eletromagnéticas logo despertou o interesse dos radioamadores mundo a fora e, assim, as fronteiras marítimas foram ultrapassadas (FERREIRA, 2017, p.19).

As adaptações não foram fáceis; foram necessárias ao tempo e ao enfrentamento de novos meios e modelos de comunicação. O meio de comunicação até então mais popular do mundo, enfrenta, em 1920, a chegada de outro meio que seria ainda mais popular, a TV. A expansão da televisão ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com seus avanços e aprimoramentos de imagens e transmissão. Os televisores tornaram-se cada vez mais populares, ocupando espaços anteriormente dos aparelhos radiofônicos, tanto na preferência do público dentro da publicidade (FERREIRA, 2017). Foi aí que o rádio se viu ameaçado pela primeira vez, adaptando-se a nova era da comunicação, em conteúdo e programação na busca por novos públicos; e qualidade sonora limpa que chegasse ao maior número de pessoas possível.

Foi preciso ainda reforçar as melhorias técnicas com a chegada da internet nos anos 1990. É a partir de então que o rádio entra para era digital. Nesse momento muitos disseram ser, de fato, o fim do rádio, porém mais uma vez ele se adapta e passa a transmitir, também, conteúdo pela rede mundial de computadores fazendo surgir, as webrádios, e os podcasts, modificando a sua forma de criar, receber e transmitir conteúdo, bem como, transformando sua relação com os ouvintes agora também denominados webouvintes/ciberouvintes.

Em pleno século XXI o rádio a cada instante se aprimora, em técnica, conteúdo e difusão. Não apenas computadores, mais aparelhos de celular, tablets e dispositivos com acesso a internet também possibilitam o ouvinte ter contato com o chamado novo rádio, que se encontra com atuação parcial ou completa na web. Oferecendo conteúdos em áudio, vídeo, imagem e texto. Um novo rádio onde além de escutar, o ouvinte pode ir além de sua imaginação pelo som, mas estreitar a relação com a rádio que agora ele pode ver (FERREIRA, 2017, p. 20).

No Brasil, o aparelho radiofônico chegou no país, oficialmente, em 1922. Como não exigia leitura para compreensão dos conteúdos, logo o rádio se popularizou no país.

A implantação do rádio no país representa, então, uma revolução tecnológica e cultural para a sociedade brasileira. Isto porque, mesmo nos seus primórdios e ainda de forma precária, suas características próprias e diferenciadas do principal meio informativo da época – o jornal - já permitem uma mais rápida divulgação de informações jornalísticas e a prestação de serviços. Apesar disso, nesta fase o rádio se constrói como veículo de transmissão elitista (ZUCULOTO, 2012, p. 3).

Zuculoto (2012) define a história do rádio no Brasil em seis fases:

- 1- Em meados dos anos 1922 foi o surgimento e implantação do rádio no Brasil, tido como evolução tecnológica usada para a comunicação.
- 2- De 1935 até os anos de 1950, em que foi registrado o advento da TV, o rádio viveu sua “Era de Ouro”, até a expansão, de fato, da televisão que fez o rádio se adaptar a nova fase em que seu espaço passa a ser tomado por este novo veículo com novas características tecnológicas; é nesta fase que se dá introdução da informação no rádio com o radiojornalismo. As notícias se efetivam na programação, com o Repórter Esso, uma proposta de levar mais rapidamente ao público informações sobre a Segunda Guerra Mundial. Com influências do radiojornalismo dos Estados Unidos, o Repórter Esso trouxe características do fazer notícia no rádio que perduram até hoje, a síntese, a clareza, a objetividade na forma e na estrutura do relato são característicos dos noticiários radiofônicos.
- 3- Da metade dos anos 1950 e toda a década de 60, o rádio sente diretamente o impacto da televisão. Emissoras de rádio, que viviam da música passaram de grandes veículos de comunicação a um “vitrolão”.
- 4- Nas décadas de 70 e 80 ocorre a recuperação do rádio, que, para sair do declínio sofrido com o advento da TV no país, passa a incrementar a programação com jornalismo e prestação de serviços.

- 5- O surgimento das FM's (Rádios por Frequência Modulada) com melhor qualidade de transmissão e de som, chega e promete melhorias.
- 6- É nos anos 90 que começa a era da digitalização, com fortes influências e mudanças sob impacto das novas tecnologias e da globalização do final do século XX. As rádios FM's têm sua explosão e, além de programação musical, a notícia e a informação, antes presentes apenas nas emissoras por Amplitude Modulada (AM) que possuem som de baixa qualidade, ganham espaço na Frequência Modulada (FM).

Na última fase com início nos anos 2000, a digitalização chega ao rádio. (FERREIRA, 2017). Neste processo histórico de transformação do rádio é importante destacar um capítulo importante da evolução tecnológica: A transição por completo de todas as rádios AM para FM. Numa época em que o som stereo é dominante, o AM torna-se insustentável. A dificuldade resulta das características físicas do meio de propagação das ondas médias, suscetíveis a interferências e ruídos (BIANCO, 2012). Diante desta realidade, as rádios brasileiras tiveram o prazo de migração para Frequência Modulada até o ano de 2021.

2.2 A convergência midiática ampliando as ondas sonoras

No Brasil, como vimos, ao longo dos 100 anos de história do rádio no país, o destaque é a renovação e adaptação tecnológica do veículo, uma das estratégias mais recentes é a convergência das mídias².

A convergência de mídia é entendida aqui mais do que uma mudança tecnológica. É um processo cultural a considerar que o fluxo de conteúdo que perpassa múltiplos suportes e mercados midiáticos e os consumidores migram de um comportamento de espectadores passivos para uma cultura mais participativa. (BIANCO, 2012, p. 16).

Graças a convergência a interação com o ouvinte foi drasticamente modificada. As emissoras constroem a sua programação de acordo com a exigência de conteúdo junto a mudança do perfil dos ouvintes ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais exigente e participativo.

² “Amultimedialidade ou convergência de mídias, consiste na união de todos os meios de comunicação em um único.” (ALMEIDA e MAGNONI, 2010, p.274).

De início por cartas, ligação telefônica ou visita presencial aos estúdios das emissoras, a relação dos ouvintes com o rádio e seus locutores adquiriu, com a internet, um contato direto e instantâneo.

Este comportamento apresenta ainda reflexos da multiterritorialidade que, segundo Haesbaert (2010), consiste na destruição e reconstrução de territórios combinando diferentes modalidades, ou realidades. Na contemporaneidade os atuais avanços tecnológicos consistem em um território em rede que estabelece e influencia diretamente às relações sociais, e entre a sociedade e os meios de comunicação com a chamada cultura de participação e de convergência, que constrói e modifica a relação entre o público e mídia (RUÓTOLO, 1998).

Assim, simultaneamente, a opinião pública pode influenciar no conteúdo veiculado nos meios de comunicação e vice versa, a partir da cultura participatória. Da mesma forma, esses veículos são intensos formadores de opinião, influenciando em como a sociedade julga e se posiciona, frente a determinados assuntos. Por outro lado, na cultura participatória, o indivíduo se faz ativo perante aos conteúdos veiculados nos meios de comunicação, expondo sua própria opinião. (PAZIM et al., 2012, p. 21).

Sendo assim, o sujeito (ouvinte) deixa a posição de público passivo (receptor) para produtor de conteúdo, crítico e ativo, fazendo surgir, questionamentos e reflexões a cerca do espaço de opinião pública da sociedade no rádio.

As discussões sobre opinião pública e política adotaram um novo rumo com o surgimento dos meios de comunicação de massa, que passaram a interferir diretamente nas formas de elaboração, difusão e publicização de informações de interesse coletivo. De certa forma, alavancaram as questões ligadas à experiência democrática, uma vez que, com o alcance dos meios de comunicação, a informação ganhou maior visibilidade e audiência. Pode-se dizer que os meios de comunicação, a política e a esfera pública formam um verdadeiro sistema articulado e complexo de produção, circulação e consumo de informações e opiniões políticas (PAZIM et al., 2012, p. 27-28).

Nem sempre existe uma opinião espontânea. É preciso reconhecer a existência da opinião mediada pelos meios com os interesses públicos, privados e políticos diante da mobilização social, sendo estes essenciais para a relação entre: política, comunicação e sociedade. Diante desta relação, podemos compreender que a comunicação é um fator determinante para a mudança social, seja ela efetiva ou temporal. “São necessários espaços para debate, passeatas, pautas jornalísticas, criações artísticas e culturais, enfim, todas as formas de incluir uma questão social no entendimento popular”, completa (PAZIM et al., 2012). A internet, torna-se então, a ampliação desse espaço na programação radiofônica.

Um processo que contribui consideravelmente e amplia a relação dos meios de comunicação, sociedade e poder público (estado) é a ampliação do acesso às redes sociais. Sendo a sociedade civil o grande beneficiado com o uso destas ferramentas. Além de uma extensão ao espaço social nos grandes meios de comunicação, a internet tornou-se espaço quase ‘independente’.

No mundo conturbado do início do século XXI, as redes sociais da internet têm servido para denunciar, para pedir ajuda política e humanitária, para mobilizar para a solidariedade e a resistência civil, para tentar socorrer os perseguidos, para clamar pelos excluídos e apartados. As entidades sindicais utilizam as ferramentas comunicativas da rede para despertar a consciência de classe e mobilizar contra os ajustes ultraliberais, os contingentes de trabalhadores surpreendidos pela devastadora crise econômica dos EUA e da União Européia (MAGNONI, 2012, p. 61).

A internet ganha a cada dia mais espaço na vida em sociedade. Sendo assim, como os meios de comunicação são para os empresários e políticos uma ferramenta política capaz de inserir e impactar as relações de poder e submissão; a internet torna-se espaço para ‘escapar’ desse controle, com foco na chamadas ‘liberdade de opinião’ e ‘opinião pública’.

Na opinião pública mesmo que mediada pelos meios de comunicação e poder econômico, os ouvintes são autônomos e ativos, e com o avançar da tecnologia, interferem e agem a seu favor (SANTOS, 2012).

No entanto, a midiatização da sociedade, e também da política, não elimina a existência de uma opinião pública independente, especialmente se considerarmos, Opinião Pública como aquela que se refere a um julgamento de valor, coletivo, sobre alguém ou algo. Mesmo com a marcante influência do poder político e econômico e com a interferência da mídia e do mercado, o processo de produção da opinião pública é ativo e autônomo de legitimidade (SANTOS, 2012, p. 72).

O espaço de opinião pública, com as mudanças tecnológicas, apresenta mudanças no cenário da comunicação e nas ações das empresas e meios de comunicação. Mudanças, estas, perceptíveis no processo comunicacional e informal promovido pela internet diante da abordagem de assuntos que surgem da discussão online antes de um debate na mídia, ou até mesmo, como uma ampliação, ou repercussão, de uma discussão iniciada na mídia, principalmente, quando esta afeta diretamente determinados grupos da sociedade.

2.3 Conteúdo radiofônico e o jornalismo de serviço: informando, educando e comunicando (IEC)

O jornalismo no rádio surgiu com objetivo de levar a informação de forma rápida e ágil aos ouvintes (GOMES, 2017). A cada dia foi ganhando mais espaço da vida das pessoas, com destaque histórico para o Repórter Esso (1941), que como já mostramos, foi o jornalístico mais famoso da história do rádio no Brasil, referência até hoje para os noticiários radiofônicos. Com o crescimento deste gênero, as empresas focaram comercialmente e politicamente nos radiojornais ampliando conteúdos para além do apenas informar. A programação passou a ser espaço também de debate.

As rádios começaram a entender que atingem uma diversidade de ouvintes, e que esses ouvintes estão interessados nos mais diversos assuntos abordados durante a programação radiofônica. O jornalismo entendeu esse interesse social e está cumprindo o seu papel. A diversidade de assuntos abordados durante a programação jornalística está atraindo ouvintes, que antes só ligavam o aparelho para ouvir músicas, mas que se renderam aos horários jornalísticos para ficarem informados sobre tudo o que acontece na comunidade (GOMES, 2017, p. 37).

Atualmente, é nos programas radiojornalísticos que a população encontra espaços de interação mais amplos para discutir, cobrar e expressar sua opinião sobre os fatos e necessidades da sociedade. Discursos como: “seja a voz da sua comunidade”, “interaja conosco”, “mande sua mensagem”, “ligue para a rádio”, ampliam essa relação e aumentam o anseio da sociedade pela comunicação com o rádio.

O rádio, na maioria das vezes é o grande companheiro diário de diversas pessoas, nada mais justo que esse meio de comunicação se adéque aos interesses da sociedade. Com essas mudanças ganha o cidadão, que vai ter informações do seu interesse 24 horas por dia e ganha as emissoras, que atraindo, para anunciar na rádio, as empresas que atuam dentro do segmento proposto pela rádio. (GOMES, 2017, p. 40).

Barbosa Filho (2009) destaca características que tornam o rádio essencial, tais como o alcance da fala para milhares de pessoas; o regionalismo, e sua preocupação com o local; a intimidade de falar diretamente para o ouvinte; o imediatismo, instantaneidade e rapidez; a simplicidade que alcança das classes A - D; a mobilidade de ser ouvido em qualquer lugar; e a acessibilidade. São todos fatores que culminam com a função social e comunitária do rádio como “agente da

informação e formação coletiva”, com destaques para sua ação, atuação, transformação e mobilização social.

Compreendemos, assim, que sendo ainda hoje o meio de comunicação de massa mais popular e acessível, o rádio exerce com maestria dois fatores essenciais para a sociedade: regionalismo e cidadania (civil, política e social), atuando como meio de mídia democrática na formação de poder do indivíduo (ouvinte) e para aplicação de políticas que permitam a transformação social tão esperada (MARQUES E DOURADO, 2016).

Esta força social do rádio é determinada dentro do sistema pluralista ³, onde a força comercial e política também estão presentes, mesmo não sendo de forma mais monopolizada pelo Estado como no ‘sistema de monopólio’ de exploração da radiodifusão onde a função essencial é manter o sistema político (ORTRIWANO, 1985). Porém no sistema plural, aplicado aqui no Brasil, o destaque é para a responsabilidade social e liberdade de acesso aos meios de comunicação e exploração do espaço por diferentes gêneros.

A política adotada no Brasil para a exploração da radiodifusão é baseada na teoria da responsabilidade social pela iniciativa privada, em que o Estado procura estabelecer princípios que garantam o uso social dos meios de comunicação, tornando-os responsáveis pelo conteúdo da programação que transmitem e suas conseqüências. O Estado concede uma autorização para que entidades executoras de serviços de radiodifusão possam explorar comercialmente os veículos (ORTRIWANO, 1985, p. 53).

No Brasil, ainda podemos destacar que grande parte dos detentores desse espaço comercial das emissoras, sejam rádio ou TV, estão ligados a grandes empresas e políticos, sendo o rádio ‘visto’ como um grande agente de poder político que pode mudar ou manter as relações sociais com o Estado. Esta influência política está presente em todos os setores da radiodifusão, principalmente no radiojornalismo, e visa manter, por parte das empresas de comunicação, o plano político e de gestão do grupo dominante, seja qual for o grupo político que esteja a frente do estado, não havendo, assim, “uma atividade totalmente livre”, uma espécie de pré-requisito e obrigação dos beneficiários das concessões com o poder político (ORTRIWANO, 1985).

³ Sistema de exploração da radiodifusão em que convivem entre si emissoras estatais e privadas, estas exploradas comercialmente, (ORTRIWANO, 1985, p. 52).

Esta influência é refletida diretamente nas ações voltadas promoção de políticas públicas, nas mudanças socioculturais e de comportamento, na ampliação das relações sociais e possibilidades de expressões. Tal ponto centra-se muito no papel de educar dos meios de comunicação para a conscientização social, por exemplo. Porém é preciso ir além, e saber até onde esta relação pode ser fundamental para o acesso a políticas públicas por parte da sociedade, sendo o que Araújo (2011) chama de alternativa interdisciplinar para solucionar problemas. Ou seja, os meios de comunicação não apenas informam, mas são fundamentais para a identificação e compreensão das políticas no tocante a dificuldades e acesso. Compreendendo o IEC (informar, educar e comunicar) como essencial para a conscientização de todos (MARQUES E DOURADO, 2016). É com esta conscientização que Prado (2007), ressalta que a educação em saúde é um instrumento de identificar e compreensão dos problemas na área da saúde, sendo essencial na busca por soluções específicas para os problemas identificados pela própria comunidade.

A interdisciplinaridade do rádio como meio de comunicação de massa o coloca como um espaço de possibilidades na busca de solução de problemas sociais, como acesso a saúde, ou a falta dela.

2.4 Radiojornalismo em Campina Grande

Campina Grande, historicamente, é uma cidade que ouve rádio, foi nele que os principais acontecimentos da política e sociedade campinense foram narrados, e ouvidos pela sociedade; e desde seu surgimento, por volta de 1944, com a Rádio Cariri AM, primeira emissora da cidade, foi primordial para vida e relações sociais, principalmente na prestação de serviço.

Dentro da perspectiva da prestação de serviços, o rádio campinense foi e ainda é um importante canal de reivindicações da população. A Hora do Povo foi um programa radiofônico de destaque na Borborema. Apresentado por Evilásio Junqueira e Paulo Bertrand, abria espaço para a população fazer suas reivindicações junto ao poder público, sendo, portanto, um programa de cunho social (OLIVEIRA e FREITAS, 2019, p. 04).

Atualmente em atuação na cidade, destacamos as rádios comerciais: Correio, Campina, Caturité, Cariri, Panorâmica, CBN Campina Grande, e Arapuam. Com

destaque em nossa pesquisa, a Rádio Correio 98.1 FM transmite sua programação jornalística também no youtube e facebook, e vem implantando, ainda que de forma experimental, seu jornalismo também na TV (programa de rádio na TV), além de coberturas online no instagram e na ferramenta whatsapp para melhor interação com os ouvintes, que podem acompanhar sua programação completa ainda pelo aplicativo da emissora, e pelos sites de rádios online além do site do próprio Sistema Correio de Comunicação que agrega todas as suas 14 emissoras de rádio em um único site.⁴

As demais emissoras apresentam conteúdos no youtube, e em plataformas digitais, mas ainda sem ampliação completa com as redes sociais. Todas as emissoras destacadas são comerciais, e seguem programação semelhante, como se fosse um padrão. Em uma observação simples podemos identificar que os programas intercalam em jornalístico, artístico (musical), religião e esporte, com destaque porém para o jornalismo de serviço. Com exceção da CBN que tem em toda sua programação o jornalismo e o esporte e não toca música.

Outro ponto marcante do rádio campinense é a cobertura política. Mesmo atualmente com o avanço da era digital, o rádio segue sendo um dos meios essenciais na cobertura de eleições na cidade e no Estado, por exemplo, “a sociedade se abastece de conteúdos que, de certa forma contribuem para a construção de suas opções na hora do voto”, (OLIVEIRA e FREITAS, 2019, p. 07).

É com o jornalismo que o rádio se fortalece na era digital, mesmo nos primórdios da criação das primeiras rádios no mundo, o jornalismo mostrou sua força, mesmo quando não era a intenção da emissora (SOUSA, 2005). O Repórter Esso, por exemplo, até hoje é modelo do radiojornalismo, estreou em 1941, na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e na Rádio Record, de São Paulo, com informações diretas sobre a II Guerra Mundial.

Para Sousa (2005), o radiojornalismo brasileiro pode ser dividido em três fases: comentaristas, de 1923 até 1941; ‘boletins de cinco minutos, quando destacou-se o Repórter Esso’, estendendo-se de 1941 a 1946; e a fase dos jornais falados, de 1946 a 1948, quando o radiojornalismo implantou sua linguagem no veículo. Diríamos ainda que podemos aqui acrescentar a fase social do radiojornalismo, em que a participação popular ganha força diante dos modelos de interação e prestação de serviço, que os programas passaram a adquirir como uma

⁴ Correio Sat: <https://www.correiosat.com.br/>

estratégia para manterem-se ativos diante dos seus ouvintes, cada dia mais tomados pela velocidade da internet; fase identificada fortemente na comunicação radiofônica atual na cidade Rainha da Borborema.

3 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Com a ampliação tecnológica, acesso e consumo da informação tornam-se um processo cada vez mais rápido. Schramm (1970) já defendia que os meios de comunicação aproximam a população de novas realidades. Além de informantes, os veículos de comunicação muitas vezes são professores essenciais na transformação social. Com a nova realidade, a sociedade encontra nos meios de comunicação o espaço de voz na luta e na mediação do acesso às políticas de saúde essenciais, diante da ausência do Estado. É neles que ela cobra por medicamentos que faltam nas UBS (Unidade Básica de Saúde), cirurgias atrasadas, falta de atendimento médico básico, defasagem de profissionais nos bairros periféricos e rurais, por exemplo.

Os meios de comunicação ampliam as discussões e mediam as relações entre a utopia mercado, em se tratando de empresa privada com interesses privados e consensuais, e a utopia política, promovendo espaço de informação e debate. Porém, não podemos centrar esta função mediadora como única função ampla e 'democrática', pois sabemos que tais meios de comunicação são controlados em sua ampla maioria pela utopia mercado e bem político, o que torna esta mediação não tão democrática como parece, já que quem os controla tem interesse diante desta ação mediadora de conflitos. É importante pensar aqui, a comunicação (e os meios de comunicação) diante das deficiências no acesso à políticas de saúde, como um campo disciplinador (ARAÚJO, 2011).

3.1 Comunicação e Desenvolvimento Regional

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera a comunicação como elemento fundamental do

desenvolvimento, “um vetor que permite garantir participação política real na adoção de decisões, uma base de informação central para a definição das grandes opções e um instrumento que facilita a clara percepção das prioridades nacionais”.

A ampliação e acesso das massas a tecnologia possibilita sua participação nos processos de comunicação das mídias, o que torna essencial analisar a relação dos Meios de Comunicação no Desenvolvimento Regional, diante da ocupação de espaço de fala da sociedade. Como posto ao longo da pesquisa, nosso foco neste estudo é o rádio em quanto meio de comunicação tradicional presente na vida das pessoas há mais de 100 anos.

Todo esse processo ocorre em uma sociedade na qual a comunicação mediada ganha cada vez mais amplitude e representatividade nas mais diversas dimensões sociais, o que permite retomar a reflexão sobre o papel da comunicação na atualidade. Quais usos da comunicação viabilizam condições sociais para o desenvolvimento de uma região? Como pensar em uma comunicação para o desenvolvimento em um cenário midiático pautado na lógica de mercado? (CARNIELLO et al., 2016, p. 6).

Para compreender esse processo social da comunicação dentro do Desenvolvimento Regional vamos responder: O que é Desenvolvimento? Tomando como base o pensamento furtadiano, o desenvolvimento liga o crescimento econômico com as demais necessidades sociais de acesso à saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, mobilidade e infraestrutura; mesmo compreendendo que a economia seja fundamental para o desenvolvimento da sociedade, (FURTADO, 2003).

A incorporação de objetivos que visam às necessidades básicas é refletida nos Planos de Desenvolvimento em países periféricos que visam solucionar problemas em determinadas regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro e dos planos destinados a solução de problemas econômicos e de seca na região. A falha, no entanto, está na aplicação destes planos, porém, mesmo com as dificuldades no planejamento, elaboração e ação é impossível pensar em desenvolvimento sem apontar os aspectos sociais que estão definitivamente centrados, quando o assunto é desenvolvimento (CARNIELLO et al., 2016, p. 8).

O Desenvolvimento Regional abrange desde planejamento, instrumentação técnica e tomadas de decisão política, que de fato é capaz de fazer o plano funcionar. Esta política entendida como a ação que visa solucionar o problema após sua identificação como médio e longo prazo, emergenciais ou temporários. Amartya

Sen (2000) defende a necessidade de serem garantidas, aos indivíduos mais do que políticas compensatórias ou de complementação de renda, mas também, condições de efetivação de possibilidades diferenciadas de existência e de crescimento pessoal, e também, a igualdade de direito ao desenvolvimento para todos. Essa definição torna-se necessária quando nos deparamos com uma sociedade desigual, surgindo aqui a necessidade de liberdade e igualdade na democratização de políticas públicas que exigem interação maior entre Estado, mercado ou firmas, e a sociedade civil.

No processo de democratizar o acesso a políticas públicas para o desenvolvimento, os meios de comunicação de massa são essenciais na identificação do problema, e na conscientização da sociedade por meio da informação. Agindo como observador os veículos de comunicação decidem o que transmitir; é nesta escolha que se determina em grande parte o que a população vai comentar, o que será prioridade, qual sua necessidade (SCHRAMM, 1970).

Portanto, os veículos de comunicação podem criar um clima para o desenvolvimento. Podemos sintetizar, dizendo que os veículos de comunicação podem contribuir substancialmente com a quantidade e a qualidade das informações postas à disposição do povo de um país em desenvolvimento. Podem ampliar os horizontes e, assim, ajudar a criar a empatia; podem chamar a atenção sobre os problemas e os objetivos do desenvolvimento; podem levar as aspirações pessoais e nacionais; tudo, independente e diretamente. Isso conduz a criação de um "clima" informacional estimulador do desenvolvimento. Expondo o equipamento e a vida modernos nas sociedades economicamente bem desenvolvidas, disseminando as notícias de desenvolvimento de lugares distantes levando a termo informações políticas, econômicas, sociais e culturais de qualquer parte do país e do mundo, os veículos podem criar um clima intelectual que estimule as pessoas a reexaminar sua prática corrente e perspectivas futuras. (SCHRAMM, 1970, p. 202).

Desta forma, os meios de comunicação de massa interferem nas mudanças e tomadas de decisão, sendo a comunicação e a informação essências no processo da transformação social, por meio a transmissão de novos costumes, novas relações em sociedade e em grupo. Pinheiro e Dourado (2016) reforçam esse pensamento ao apresentar a visão furtadiana em uma perspectiva comunicacional; para pensar o desenvolvimento era preciso pensar além das políticas de comunicação, culturais, científicas e tecnológicas, incluindo aqui o acesso a informação como um processo de democratização diante da influência exercida pelos meios de comunicação na sociedade.

Esta visão apresenta ainda a criatividade exposta pelos meios como um agente que impõe vontade consciente ou inconscientemente aos interesses e decisões a serem tomadas. “São exemplos de mecanismos capazes de difundir informações, mas cabe a necessidade de uma postura inovadora e criativa, para que os jornalistas e demais atores sociais não caiam na armadilha da falta de conteúdo” (PINHEIRO e DOURADO, 2016, p. 364).

Neste processo de desenvolvimento dentro da ação midiática, Monteiro (2006) destaca o papel mediador. No rádio, por exemplo, o radiojornalismo desenvolve esse papel diariamente. Sua forma acessível a todas as classes, a linguagem utilizada e sua instantaneidade do diálogo e da informação tornam o rádio um dos meios de comunicação de massa mais ativos em uma região em desenvolvimento, delimitando espaços de fala para os diversos interlocutores na comunicação.

A informação/notícia segundo Schramm (1970) pode ser compreendida em três funções sociais:

1ª – Vigilância, quando por meio dela a sociedade entende suas necessidades e a possibilidade de mudanças.

2ª – Política, quando as tomadas de decisão vão para além do Estado e a opinião pública passar a ter influencia.

3ª – Educativa, quando é compreendido a importância da escolaridade e da educação e a informação é compreendida como conhecimento.

Essas características são identificadas principalmente nas populações periféricas, tal identificação e aproximação com meios como o rádio abre espaço para um dialogo e interlocução para além da informação.

No caso do rádio regional/local, observa-se que este contribui sobremaneira na divulgação dos acontecimentos regionais e locais. Os programas procuram manter os seus ouvintes atualizados nas questões que lhes são próximas, de interesse da população local. (MALAQUIAS, 2018, p.19).

Compreender tal relação é entender que as empresas de comunicação regionais são atores de desenvolvimento das regiões em que estão situadas e realizam suas práticas, promovendo uma integração/interação dos indivíduos. Esta é a chamada mídia de proximidade como defende Malaquias, (2018). Neste ambiente é ainda empregado o Desenvolvimento Territorial.

A concepção de „desenvolvimento territorial” tem se tornado recentemente um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e de

atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza no Brasil. A implantação dos „Territórios da cidadania“ é um marco dessa estratégia, na medida em que tem como objetivo articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios eleitos como prioritários para receberem tais apoios. A institucionalidade montada para tal envolve a construção, em cada território, de Conselhos intermunicipais formados por membros da comunidade local e de representantes do poder público, sendo que os mesmos constroem projetos demandadores dos recursos disponibilizados pelos diferentes ministérios em diferentes programas” (CORRÊA, 2009, p. 23).

Esta concepção prova que se o desenvolvimento não levar em conta o ser humano e outros requisitos, como o meio ambiente, que garantam uma qualidade de vida do homem, não se sustentará nos dias atuais. A sociedade deve pensar no desenvolvimento de forma integral (MALAQUIAS, 2018).

Nesse sentido, o desenvolvimento vai além do desenvolvimento econômico e se baseia na participação ativa das pessoas na sociedade, o fazer político. Essa comunicação se insere na proposta de desenvolvimento integral e participativo, de aumento da renda ligado ao aumento também da capacidade cognitiva (SOUZA, 2016, p. 21).

Mesmo com a compreensão da importância dos veículos de comunicação para o desenvolvimento de determinada região ao qual está inserido, não se pode esquecer que, tais veículos, são empresas controladas pelo capital e pelas influências políticas que garantem sua concessão de funcionamento. Esta relação não é novidade e é de conhecimento de grande parte da população que refletem na notícia por ela publicada, informação e conteúdos divulgados pelas emissoras. É neste ponto que o poder sobre a sociedade, a função de fiscalizador do Estado, e a prestação de serviço dos veículos esbarram nos interesses das empresas privadas a que representam.

Contudo, os meios de comunicação estabelecem seu poder sobre a sociedade, define o que ela precisa receber como notícia, amplia a discussão sobre suas necessidades, visa o lucro a cima de tudo, e exerce com maestria o ‘quarto poder’⁵, tão discutido historicamente.

Os governos seguem focando na solução de problemas que julgam essenciais e que podem ser solucionados com as chamadas ações de emergência, como ocorreu durante a pandemia da covid-19, onde ações econômicas como o Auxílio Emergencial e créditos para os empresários entraram para a lista de políticas

⁵O quarto poder trata-se de uma expressão utilizada para se referir os meios de comunicação de massa. E a o poder de influência que podem exercer sobre a sociedade.

de prioridades do governo, e não a compra de vacinas, e investimentos do SUS (Sistema Único de Saúde).

A concentração de poder econômico deixa pouco espaço para uma ação interna estatal, no sentido de disponibilizar conhecimento-base para melhorias em todos os setores da sociedade, alterando o cenário de miséria que se encontra a maioria da população do Brasil. O conhecimento faz toda a diferença, pois é responsável por alcançar a governabilidade necessária. Por outro lado, o que acontece é que o Estado brasileiro concentra forças na dívida social causada muitas vezes pelos principais obstáculos do processo de democratização, seriam eles: a privatização, a desregulação e a liberalização (SOUZA, 2016, p. 23).

Ainda segundo Souza (2016), a solução para os problemas sociais e avanço no desenvolvimento seria a formação de 'quadros técnicos-políticos', que dominem o processo de elaboração de políticas públicas para chegar-se de fato a mudança social, econômica e política.

3.2 Meios de comunicação: poder político-social

Os meios de comunicação representam uma forma de poder, além de influenciar na formação das agendas públicas e governamentais; intermediando relações entre grupos distintos da sociedade, e em suas decisões. Todas as características deste poder, afirma Fonseca (2011), estão escusos no papel e dever do informar, e do parcial defendidos pelos veículos de mídia.

Dessa forma, a mídia, ao participar da esfera pública como "prestadora de serviços", isto é, como entidades de "comunicação social", teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Mais importante, os órgãos da mídia fariam a fiscalização do Estado, exercendo assim a forma mais bem acabada de "controle social": em relação ao dinheiro público, às ações públicas, numa palavra, aos negócios públicos (FONSECA, 2011, p. 42).

Denominadas como prestadoras de serviço a sociedade, observa-se com tudo que em sua grande maioria, as grandes empresas de comunicação sejam de rádios, TVs e portais são pertencentes a grupos privados, e ligados diretamente a partidos políticos. Sendo privadas tais empresas agem diretamente conforma o lucro e a lógica de seus interesses e dos grupos que representam (FONSECA, 2011).

Melo e Assis (2016) fazem um alerta para atuação da mídia:

Não é novidade na literatura da economia política da comunicação que a imprensa faz parte do conjunto de empresas interessadas na dinâmica política, econômica, social e cultural da sociedade. Por isso, sempre é preciso olhar com desconfiança para as narrativas construídas pelo aparato comunicacional moderno, tendo em vista que os sentidos que carregam correspondem aos interesses dos proprietários dos meios de comunicação (MELO e ASSIS, 2016, p. 237).

Matos (2006) apresenta a função pública e política dos meios de comunicação como emissoras públicas entende-se as que dependem financeiramente do governo Federal, Estadual ou Municipal; são as chamadas estatais, com focos em conteúdos de educação e cultura. Na Paraíba destacamos como emissora pública, em atividade, a rádio Tabajara que integra a Empresa Paraibana de Comunicação pertencente ao governo do estado.

A busca pela independência em livrar-se do controle do Estado, ampliação de conteúdos e crescimento da publicidade foi perdendo cada vez mais espaço para emissoras comerciais que, assim como as públicas, tendo o interesse público como foco, porém responsabilizado o governo na solução dos problemas que afetam a sociedade, defendendo o interesse social, qualidade de vida e o bem comum. E foi assim que a dependência política foi dando espaço a uma dependência de mercado (em relação aos anunciantes).

Ao longo do tempo, a imprensa foi adquirindo certa independência na luta contra o controle do Estado, sendo a publicidade comercial uma forma encontrada para diminuir a necessidade de subsídios oficiais. Desta maneira, a independência crescente dos meios de comunicação acabou por permitir que exercessem a função de órgãos de serviço público, aumentando sua credibilidade junto à audiência, e, pela vigilância, tornando o governo mais responsável (MATOS, 2006, p. 63).

O jornalismo de serviço é muitas vezes utilizado para disfarçar a parcialidade do meio. A emissora apresenta a sociedade e o Estado como atores essenciais para sua atuação, sem deixar de lado seus interesses econômicos e até políticos, sempre com a defesa de que “houve todos os lados” envolvidos com a situação.

É importante lembrar a fundamentação privada dos meios de comunicação a que tais mídias pertencem, e compreender que toda informação ou mensagem nela compartilhada passa pelo chamado processo de produção e ‘triagem’, e nele a notícia é tratada como mercadoria, não apenas como um ‘serviço’ de informar por meio de uma concessão pública (política).

Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. Isso porque sua atuação implica um equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras); e auferir lucro (FONSECA, 2011, p. 46).

Por meio da interação com o seu público os veículos recebem demandas, estabelecem contatos e buscam respostas das autoridades responsáveis pela solução do problema apresentado pela sociedade. Problema este em muitas das vezes relacionado ao bem estar social: saúde, educação, trabalho, economia e meio ambiente.

É importante ressaltar que a mídia exerce assim seu papel político, mesmo em grande parte de seus discursos criminalize a política, e a participação e interação do ouvinte é ponto crucial para expor opiniões que ela não pode expressar diretamente. É assim que meios de comunicação acabam exercendo ainda o papel de co-identificador dos problemas sociais, antes mesmo das demais fases de planejamento, execução e solução de tais problemas; diante da perda de credibilidade das demais representatividades sociais, como associações, sindicatos e partidos (FONSECA, 2011).

É no rádio que identificamos essas características com maior força, pois ele oferece maior oportunidade de participação direta do cidadão em sua programação, abrindo espaço para debates político-partidários direcionados sobre as questões levantadas pelos demais meios como televisão e internet, e a ‘opinião pública’.

Esse diagnóstico confere à mídia, sempre capitaneada pela televisão, grande credibilidade para agendar temas centrais aos governos, o que implica proposições e vetos, assim como o enquadramento dos conflitos num cipoal de referências dadas por ela, mídia. O Estado deve então necessariamente levar em conta as mensagens emitidas: a visão sobre a vida política, pelo cidadão comum, por meio da moral é uma dessas expressões (FONSECA, 2011, p. 46).

A população hoje sabe e conhece sua força, isso não quer dizer que não seja mais influenciável, mas sim compreendeu que também é influenciador da ação de terceiros, diante de sua fala (opinião pública), mesmo que essa fala também seja mediada pelos veículos de imprensa, por meio das teorias do agendamento (Agenda

setting), quando os assuntos debatidos pela população são pautados anteriormente pela mídia.

O termo opinião se relaciona com a maneira de ver, pensar e interpretar os fatos. Os fatos, tal como ocorrem e podem ser observados, se caracterizam por interferir no contexto social provocando reações e visões nem sempre unânimes. Ou seja, a opinião diz respeito a juízos de valor provocados pelos eventos sociais (VICENTE, 2012, p. 39).

A opinião pública reflete não a realidade de toda sociedade, mas sim de um grupo, já que este se entende como uma soma de atitudes e opiniões de uma determinada sociedade (VICENTE, 2012). Esta ação é afetada diretamente pela digitalização dos meios de comunicação que ampliaram significativamente este espaço de opinião, o tornando ainda mais democrático e tirando a exclusividade dos governos, empresas e corporações, podendo a sociedade civil assim se beneficiar deste espaço.

Na intensa luta dos contrários que move a existência e a consciência humana é preciso ressaltar que há vários bons aspectos na emergência do ciberespaço. O principal deles é que a apropriação do novo veículo não está sendo feita só por governos, corporações empresariais, centros especializados de pesquisas, pelo comércio eletrônico e pela indústria cultural. Em todo o mundo, mais de um bilhão de indivíduos, de diversas camadas socioculturais, já dispõem de acesso técnico à rede (MAGNONI, 2012, p.59-60).

A internet e os meios de comunicação se tornam cada vez mais, uma arma política forte, principalmente para os jovens. E estar nesse meio e trazer esse público para perto de suas ações é essencial e desafiador para os meios de comunicação tradicionais como o rádio. Ser espaço de reflexão e debates de temas sociais como a saúde pública, usar assim a internet para se aproximar ainda mais da sociedade é uma estratégia que vem se mostrando eficiente aos meios de comunicação de massa, sendo estes atores essenciais nesse processo político do viver em sociedade.

É exercendo um papel social e político que destacamos que a imprensa define o que será cobrado pela sociedade e discutido com o estado. Afinal é ela que escolhe o que é notícia, e pauta a opinião pública.

Com o papel norteador que a imprensa tem sobre o cotidiano e a sua força na condução das formas de interpretação do mundo, a mídia direciona a opinião pública de forma massiva, destruindo ou construindo imagens acerca de fatos e de indivíduos, muitas vezes com representações distanciadas da realidade em si (MELO e ASSIS, 2016, p. 236).

Melo e Assis (2016) destacam ainda que mesmo que os discurso da mídia tente atender todas as classes sociais, o objetivo é de conduzir a conclusões que se supõem válidas para todos, quando na verdade se trata de grupos isolados. Quando falamos no combate as arboviroses, por exemplo, ouvimos discursos direcionados a todos, mas sabemos que nem todos os grupos sociais, tem acesso a atendimento médico de qualidade, saneamento básico e coleta de lixo em dia, e muito menos esclarecimentos sobre os causadores, tratamento e políticas eficazes de combate ao *Aedes Aegypti*, sendo necessária a compreensão das políticas e ações diretamente ligadas a promoção da saúde sendo os meios de comunicações essenciais nesse processo.

3.3 Políticas de saúde na promoção do bem-estar

Ao compreender a saúde como bem-estar social, mental, físico e não apenas como uma situação de enfermidade abrimos espaço para as preocupações sociais ao acesso das políticas públicas de promoção efetiva da saúde. Sendo esta uma expansão da política pública⁶ desenvolvida pelo Estado na promoção do bem estar social.

Foucault (1979) defende como pontos essenciais para a compreensão da saúde, como interesse do Estado e fator para desencadear uma política o registro dos fenômenos epidêmicos ou endêmicos, através da observação da morbidade; a normalização do ensino através de um controle pelo Estado dos programas de ensino, e a criação de um corpo de funcionários médicos competentes, nomeados pelo governo, para interferir sobre uma determinada região.

É preciso romper as fronteiras entre os campos da saúde e da ciência social para compreender ainda mais sua atuação, quanto necessidade, e como foco da visão social. É nesse rompimento que a comunicação e a informação tornam a saúde fator essencial na relação de mediador dos meios de comunicação de massa.

Araújo (2011) subdivide este encontro em três:

- 1 - Informação e Saúde: informação em dados.
- 2 - Comunicação e Saúde: estabelecendo a comunicação entre a saúde e demais ramos interligados a ela, como a economia e tecnologia.

⁶ Política Pública: ação do Estado que visa a solução de problemas públicos que afetam o coletivo.

3 - Informação e Comunicação: mesmo se chocando diante dos conceitos de comunicação é a relação do comunicar com o informar em um mesmo espaço.

Neste entendimento destacamos o que defende Mattos (2006), em que os meios de comunicação não podem mais se limitar a noticiar novidades científicas e campanhas de saúde, mais também, ‘denunciar’ os problema sociais.

3.3.1 Bem-estar social

Para compreender a relação entre Estado, políticas públicas e sociedade para o desenvolvimento do bem estar enquanto saúde e qualidade de vida, é preciso entender o serviço de saúde pública no Brasil.

O Estado de bem estar social (*welfarestate*) nada mais é do que o Estado como agente da promoção social e organizador da economia (ARAÚJO, MEDINA e CONDÉ, 2017). É com esta compreensão que a própria sociedade cobra, levanta questionamentos e debates, e busca respostas nos meios de comunicação; como espaço de cobrança para a solução do poder público para tal problema.

O provimento do estado de bem-estar engloba três importantes elementos: o Estado, o mercado e as estruturas tradicionais. Embora intrinsecamente relacionado à orientação mercadológica e aspectos econômicos, é um fenômeno de caráter político. Isso porque opera com base em garantias e direitos. O primeiro sistema de proteção social estava pautado na questão da previdência. (ARAÚJO, MEDINA e CONDÉ, 2017, p. 17)

Tais ações do Estado não podem ser entendidas apenas como uma ação social, mas sim como um direito social dependente de decisões políticas.

Os benefícios sociais não se subordinam a caridade ou contribuição, mas são reconhecidos como direitos sociais, nascendo o conceito de cidadania universal. A ordem social é edificada a partir de direitos sociais universais, a exemplo da saúde, educação, aposentadoria e seguro-desemprego. O Estado assume o papel de devedor social, cuja obrigação é garantir um padrão mínimo de benefícios a todos os cidadãos, como medida para diminuir as desigualdades sociais e promover o bem-estar social. (ARAÚJO, MEDINA e CONDÉ, 2017, p. 22).

Secchi (2016) afirma que estas decisões políticas estão ligadas ao problema público e a política pública. O primeiro se torna foco quando torna-se incomodo para vários atores, sendo aqui necessário pensar a política pública para enfrentar este problema. Tal política pública é então instrumento como leis, decretos, serviços e decisões. Ou seja, o problema público seria a “doença” e a política pública o

“remédio”. Assim como a doença o problema precisa ser diagnosticado, e assim ser elaborado o ‘tratamento’. Tal ação esta presente em todas as áreas sejam educação, saúde, infraestrutura, gestão pública, meio ambiente, justiça e atenção social.

Foucault (1979) aponta três etapas na construção da medicina social na Europa em que podemos identificar em nossa realidade:

- A medicina de estado que refere-se a um clima político, econômico e científico;
- A medicina urbana e a preocupação com a unidade e sua organização;
- E a saúde do pobre, que no século XIX aparece como perigo diante das revoltas na Revolução Francesa e das mudanças sociais e trabalhistas, bem como aumento social fazendo surgir assim ‘medos políticos e sanitários’ em torno da população mais carente. Aqui surge a proteção a saúde, não do pobre, mas dos ricos com ações emergenciais no cuidado em evitar que problemas sanitários do proletariado chegassem a classes sociais mais altas.

No século XVIII a saúde é compreendida como um problema social, e é aí, institucionalizada. As falhas de gestão de políticas causam desigualdades, principalmente econômicas, e coloca em questão a autonomia do estado na construção desse bem. Araújo, Medina e Condé (2017), afirma que o Estado assume uma ‘dívida social’, com a função de garantir um padrão mínimo de benefícios a todos os cidadãos.

Na busca da garantia desse benefício o Decreto de número 9.810, de 30 de maio de 2019 ‘Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional’, e visa reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, desenvolvendo ações que promovam o “crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população”:

- (Art.1º) - Tem como base investimentos dos governos federal, estadual, prefeituras, e também do poder privado, deixando ainda mais evidente o papel do Estado como provedor da promoção do bem estar social.
- (Art.2º) - O decreto contém dois princípios básicos para identificação, planejamento, execução e fiscalização de políticas, “a transparência e participação social; e o planejamento integrado e a transversalidade da política pública”.

- (Art.3º) - Apresenta os objetivos, onde está previsto a promoção da qualidade de vida inter e intra-regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões não desenvolvidas.
- (Art.4º) - Para obter resultados, também são estabelecidas estratégias de “estruturação do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional” aqui é proposta a “cooperação federativa e a participação social” Sendo observado como eixos essenciais para esta implantação o desenvolvimento social e o acesso aos serviços públicos essenciais.

Como serviço público essencial para o planejamento urbano está o acesso a saúde e qualidade de vida da população, que como afirma Adriano et al. (2000), depende de suas condições de existência, como acesso a bens e serviços econômicos e sociais, tais como emprego e renda, educação básica, alimentação adequada, acesso a bons serviços de saúde, saneamento básico, habitação, transporte de boa qualidade entre outros.

Por tanto, para se ter uma população e uma cidade saudável é preciso promover uma melhor qualidade de vida. É preciso ainda uma sociedade ciente e fiscalizadora de seus direitos básicos. Promovidos por práticas integradas de planejamento e de uma cultura de decisão baseada em dados, o que fica difícil diante de pouco investimento e muito gasto.

3.4 Saúde: um direito social no Brasil

O acesso a saúde como um direito no Brasil foi promovido pela constituição de 1988, mas foi em 19 de setembro de 1990 através da Lei 8.080, que foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) com a finalidade de ser universal, integral e gratuito garantindo o atendimento as necessidades da população. Sendo a partir de então o acesso a saúde “Direito de todos e dever do Estado”.

Desde então surgiram novas políticas e estratégias na busca do bem estar e equilíbrio da saúde nas áreas urbanas, centrais, periféricas e no campo. Ao longo dos anos foram instituídos de acordo com Reis, Araújo e Cecílio (2012):

1. A Comissão de Intergestores Tripartite (1991) que reúne secretarias estaduais e municipais de saúde que atuam até hoje no planejamento e acompanhamento de atuação do SUS.

2. Normas Operacionais Básicas, a NOB-SUS 93 (1993), que procurou restaurar o compromisso da implantação do SUS, descentralizando a administração do sistema levando responsabilidades para os estados e municípios.
3. Programa Saúde da Família ou PSF (1994), conhecido hoje como “Estratégia Saúde da Família”, por não se tratar mais apenas de um “programa”, visava a implantação da Atenção Primária a Saúde.
4. NOB 96 (1996) representou a aproximação mais explícita com a proposta de um novo modelo de Atenção. Para isso, ela acelera a descentralização dos recursos federais em direção aos estados e municípios, consolidando a tendência à autonomia de gestão das esferas descentralizadas.
5. Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS) (2002), que amplia a regionalização do SUS, diante da insuficiência das gestões municipais.
6. Pacto pela Saúde (2006) é um conjunto de reformas institucionais pactuado entre as três esferas de gestão (União, estados e municípios) do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão do sistema.

Mesmo diante das estratégias estabelecidas pelo programa e suas ramificações, é possível identificar claramente os impasses e dificuldades enfrentados pelo SUS. Reis, Araújo e Cecílio (2012), também destacam dois deles:

1. “O subfinanciamento”, ou seja, o dinheiro investido não supre as necessidades. Essa insuficiência é sentida principalmente quando saímos do nível da estratégia básica de saúde da família, para acessar os outros níveis de maior complexidade do sistema, cuja oferta é sempre menor que a demanda.

2. “As insuficiências da gestão local do SUS”, a gestão municipal dos recursos do SUS vem funcionando apenas em parte, mesmo considerando que as ações do sistema não são amplos nem na esfera nacional.

A gestão municipal é idealizada pelo projeto da Reforma Sanitária Brasileira como mais eficaz, porque “estaria mais próxima dos cidadãos” e mais sensível aos seus anseios. Porém, na prática parece não ser levado em conta que crescem as cidades e cresce a população, ampliando-se assim o crescimento desordenado principalmente na periferia onde este acesso é ainda mais escasso e distante da realidade central.

Tais necessidades de ampliação de acesso a saúde pública e até mesmo privada no Brasil estão sempre presentes, em pauta nos meios de comunicação de massa, que se tornam essenciais na busca pela qualidade vida das pessoas, sendo este não apenas um espaço de informar, e relatar tais necessidades, mas pedagógico e mediador de diálogos entre o Estado e a Sociedade. Quando observamos a presença destes atores na imprensa destacamos o conflito entre a publicidade e a necessidade. Uma utiliza o espaço para promover por meio de propagandas a educação e estratégias de enfrentamento as questões de saúde; e o outro mostra a falta de acesso a ferramentas básicas que combatem esse problema. Essa relação nos leva sempre a mesmo embate o papel do Estado x o papel da sociedade: o que combate, o que causa, o omissor, e a parceria.

É fundamenta reconhecer que os meios de comunicação são essenciais na transmissão de informações que orientem os indivíduos nessa busca, e seu papel está além de um espaço publicitário, trata-se de um ato social ao informar, educar, conscientizar, alertar, e buscar soluções.

Tratando-se de saúde pública no Brasil a atuação dos meios de comunicação fortalecem as diretrizes fundamentais para a manutenção do Sistema Único de Saúde do país: a universalidade (acessível a todos e todas), equidade (igualdade no tratamento), integralidade (atendimentos em todos os níveis de atendimento), descentralização (ampliação de acesso a serviços e atendimentos em todas as regiões do País, Estado ou Município), hierarquização (divisões em baixa, média e alta complexidade do serviço e/ou atendimento, e a participação (presença constante da sociedade no planejamento, implantação e fiscalização de políticas públicas de saúde) (ROCHA, 2022).

Ainda no cenário nacional um dos principais problemas de saúde pública está atrelado as condições ambientais, e a ausência de saneamento básico, que por sinal é um direito garantido por lei no Brasil.

A chamada Lei do Saneamento ou Política Federal de Saneamento Básico – PFBS (Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007) define o saneamento básico como um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: (1) abastecimento de água potável; (2) esgotamento sanitário; (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e (4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O art. 2º dessa lei estabelece que esses quatro eixos deverão ser realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente (JUNIOR e DIAS, 2022, p. 94).

Fator essencial para a proliferação de arboviroses, com destaque para dengue, Zika, Chikungunya e febre amarela as mais conhecidas. Essas infecções são transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, que ao picar uma pessoa infectada e em seguida picar outro ser humano transmite a doença. Para compreender a gravidade da atuação do mosquito, em média ele vive 30 dias, a fêmea chega a colocar entre 150 e 200 ovos que se forem postos por uma fêmea contaminada podem se desenvolver e transmitir a doença. O avanço da doença e a proliferação do mosquito são explicados por Junior e Dias (2022), como consequência ambiental e pela urbanização desordenada.

Dessa forma, podemos afirmar que o crescimento desordenado das cidades com deficiências no setor de infraestrutura, como a dificuldade para garantir o abastecimento regular e contínuo de água potável, bem como a coleta e o destino adequado dos resíduos sólidos, quando associado a condições climáticas favoráveis à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* torna-se um grande problema para a saúde pública, pois afeta a população e sobrecarrega os serviços de saúde e a economia do país (JUNIOR e DIAS, 2022, p. 94).

A falta de abastecimento de água, e o manejo inadequado de águas pluviais também promovem condições adequadas a proliferação do mosquito. Desta forma, Junior e Dias (2022) defendem a elaboração de ações conjuntas as arboviroses e o saneamento básico como fundamental para o combate ao mosquito, e consequentemente a redução do número de pessoas infectadas por dengue, Zika, Chikungunya e febre amarela. Este controle depende tanto das ações de saúde e/ou do setor de saneamento quanto do envolvimento da população e dos atores políticos. Sendo a Informação, Educação e Comunicação (IEC) essencial para a conscientização de todos.

4 PROGRAMA CORREIO DA MANHÃ: EM PAUTA ARBOVIROSES E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM CAMPINA GRANDE

4.1 A saúde na mídia: arboviroses em pauta

Diante da necessidade e problemas sociais a cerca da saúde seriam aqui os meios de comunicação meros mediadores de conflitos, educadores, espaço expositor do problema, ou peça fundamental para a busca de soluções? Para Janes

e Marques (2013), é de fundamental importância a atuação da mídia na formação e na defesa dos interesses coletivos da sociedade.

A ampliação dos horizontes de interlocução do campo da saúde com a comunidade, representada pelos diferentes segmentos que a constituem, depende em grande parte dos meios de comunicação. A mídia, em seus mais diversos veículos de comunicação, exerce nesse contexto, um papel de fundamental importância, seja na difusão de orientações e informações de interesse coletivo, em relação a procedimentos sanitários básicos, seja na formação da opinião pública quanto à promoção da saúde como um direito do cidadão (JANES e MARQUES, 2013, p.12).

Esse papel torna-se cada dia mais essencial diante da 'sociedade de riscos' que compreende cada vez mais a importância de sua atuação social. De risco entende-se uma sociedade em que as pessoas ponderam suas atitudes e comportamentos diante de novas informações e impactos da vida social (JANES e MARQUES, 2013). É comunicando, informação e educação a sociedade sobre os riscos a quais ela está exposta, é mostrar soluções para além dos problemas. A sociedade não quer dados, não quer números, quer soluções. E tais soluções estão presentes nas políticas públicas.

A urbanização desordenada é um dos fatores que tem contribuído consideravelmente com a proliferação do *Aedes Aegypti* e demais doenças infectocontagiosas que se beneficiam do aumento populacional, a escassez no acesso a serviços de saúde pública, que não atende a demanda populacional, e as condições climáticas do ambiente.

Marques et al. (2022) fizeram um recorte ao analisar a incidência de arboviroses nas capitais nordestinas, um dos fatores é o climático (seco e úmido); já os fatores sociais e econômicas (falta de saneamento básico em áreas urbanas e rurais, além de poucos investimentos na infraestrutura, educação e saúde) são fatores essenciais para a proliferação das doenças na região. A dengue tem uma maior prevalência em todo o Brasil, sendo considerada um desafio nacional. O descarte de resíduos sólidos de forma inadequada contribui para os criadouros do mosquito; para finalizar o autor acrescenta que a falta de conhecimento da população é um desafio no combate ao vetor e as doenças.

A conscientização da população a cerca da proliferação e combate ao mosquito, tornou-se o carro chefe de ações publicitárias do governo, de discursos de profissionais da comunicação, e agendes de saúde. Porém, pouco se fala da importância e da necessidade de ampliar este discurso para além do setor de saúde,

estando este presente também na economia, e no meio ambiente; E ainda a comunicação, pois é ela que leva a informação para a sociedade, e a forma como esta informação é transmitida e recebida, faz toda diferença, pois é como formadora de opinião que a mídia transforma hábitos sociais.

Os jornalistas são vistos como fiscais da ordem pública, pois têm acesso a lugares, pessoas e informações com que dificilmente outros profissionais têm contato e ocupam um papel de prestação de serviços, na medida em que seus textos podem mobilizar as pessoas e as instituições para o bem comum. Sua inter-relação com a saúde permite o alcance, pela população, ao contexto interdisciplinar existente em um processo epidêmico, pois envolve diversas áreas do conhecimento e mobiliza todas as camadas sociais. (LEONEL E COSTA, 2022, p. 174).

Quando se trata do jornalismo regional, essa importância aumenta, pois trata-se do fator proximidade e familiaridade com os problemas sociais do ambiente em que se vive em determinada região, (LEONEL e COSTA, 2022). Aqui acentua-se a responsabilidade social do jornalista que por meio da informação contribui para o crescimento social.

Este é um desafio contemporâneo do jornalismo, considerando-se que, com a Internet, os leitores são também produtores de notícias e cada vez mais podem pautar os jornalistas e cobrá-los para que os jornais regionais não sejam apenas uma reprodução do jornalismo nacional, mas tragam as singularidades daquela região. (LEONEL e COSTA, 2022, p. 178).

Além de desafios ao conscientizar a população, podemos identificar uma certa dubiedade no discurso jornalístico que ao mesmo tempo que se aproxima da comunidade para conscientizá-la, a responsabiliza na chamada “luta” contra o vetor da doença, amenizando a responsabilidade maior do Estado de promover saneamento básico de qualidade, e condições básicas para a vivência social. Mesmo com um discurso de proximidade com seu leitor (ouvinte, ou expectador), o jornalista que não reflete sobre os determinantes sociais ao responsabilizar a comunidade pelas endemias, acaba gerando um distanciamento e uma não identificação social com o que esta por ele sendo pautado, (LEONEL e COSTA, 2022).

Entende-se que o protagonismo dado no jornalismo à prevenção está ligado ao fato de esta ser a estratégia que gera maior resultado no combate à proliferação do mosquito, porém as ações de saúde não se resumem a ela. Nesse sentido, os conhecimentos advindos da saúde coletiva têm muito a acrescentar ao dia a dia de trabalho dos comunicadores, através de conceitos e métodos que não tratam o problema de modo simplista, mas auxiliam os leitores do jornal a agir política e conscientemente em relação

ao desafio posto pela Zika e pelas demais arboviroses (LEONEL e COSTA, 2022, p. 182).

Diante de sua avaliação Leonel e Costa (2022) defendem uma preparação ampla dos profissionais para a divulgação de informações a cerca da saúde pública, aplicação de políticas públicas e compreensão social do que de fato contribui para uma realidade tão diferente da almejada pelo desenvolvimento.

Ao pensar no bem estar da sociedade e nos problemas sanitárias enfrentados pelo país ao longo de sua história, é importante frisar o significado de Endemia: entendida como doença que pode ser ou não contagiosa ou até mesmo ações comuns em determinadas regiões; Epidemia: quando uma doença temporária ataca simultaneamente grande número de indivíduos em uma determinada localidade e se torna frequente; e Pandemias: quando uma enfermidade epidêmica é amplamente disseminada.

Ao centrarmos na Endemia voltamos ao ano de 2016 onde o Brasil viveu o pior momento no combate a dengue, promovendo uma mobilização social e afetando diretamente a vida em sociedade, junto a Chikungunya e a Zika, todas causadas pelo *Aedes Aegypti*. Doenças pautadas constantemente nos meios de comunicação de massa, como o rádio, nosso objeto de estudo.

As arboviroses⁷ passaram a ser uma preocupação constante na vida em sociedade, principalmente na vida urbana. Mas será que esta preocupação está presente, de fato, em todas as esferas da sociedade? A dengue e demais doenças causadas pelo *Aedes Aegypti* são além de ameaças nosso corpo um problema social? O Brasil conhece o *Aedes*?

Tais questionamentos ganham reflexão com o dado de que 31% da população brasileira achava que a dengue tinha acabado durante a Pandemia da Covid-19⁸, segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Infectologia, mas não para por ai. Ainda segundo a pesquisa, divulgada em março de 2022, o brasileiro desconhece o desenvolvimento da doença. 8% afirmaram que a dengue é transmitida pela picada de um mosquito, e 4% chegou a afirmar que passa de pessoa para pessoa. Ao serem questionados sobre quantas vezes se pode ser

⁷ Doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquito, como dengue, zika e chikunguya.

⁸ Covid-19: doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 que registrando primeiros casos na China em 2019, vem infectando desde então milhares de pessoas pelo mundo e desafiando a medicina e a ciência. Causando uma situação pandêmica desde 2020 em todo o mundo.

infectado com a doença, 56% não sabiam, o que pode ocorrer até 4 vezes, já que existem quatro subtipos dos vírus. Apenas de 30% afirmarem já ter tido a dengue, e 70% conhecer alguém que teve.

A pesquisa foi realizada com 2 mil brasileiros de 19 a 30 de outubro de 2021, pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) e seus resultados nos fazem questionar a ausência de conhecimento da população sobre uma doença tão publicizada nos meios de comunicação de massa; e como de fato a mídia tem atuado no combate a doença no âmbito saúde pública e do bem estar social.

Villela (2013) compreende que não é possível modificar apenas por meios da comunicação os hábitos de uma sociedade que não tem a habilidade de questionar, o que favorece as ações políticas na saúde e dificulta o trabalho da informação, ou seja, se a sociedade desconhece o problema, ações e emergências que não acabam de fato com o problema serão o suficiente? Sendo este um desafio para os meios de comunicação ao educar a população na compreensão da arbovirose como um problema para além do fator doença.

É preciso ainda ressaltar a dificuldade da sociedade em compreender dados da linguagem científica dos profissionais de saúde, é nesta falha que a mídia ganha espaço na orientação e informação, atuando com uma linguagem simples e direta. Sendo a mídia importante meio na difusão de informações de saúde, beneficiando e permitindo o desenvolvimento pessoal em benefício da sociedade, no entanto usado de forma alarmista pode confundir e desempenhar papel inverso. Outro desafio cada vez mais presente nessa relação (mídia e sociedade) são as fake news, que ao invés de informar, desenformam e fazem com que o papel do jornalismo seja cada vez mais essencial no alertar e educar da sociedade.

Em decorrência das falhas na educação em saúde, passa a ser fundamental direcionar a atenção para os meios de comunicação massivos (jornais, revistas, rádio, televisão), visto que estes participam ativamente do processo de informação em saúde. A comunicação e a educação não devem mais ser consideradas processos unidirecionais e sim processos de circulação de significados sociais entrelaçados. Cada indivíduo é um emissor de informações úteis para a comunidade e todas as pessoas devem ser instruídas para se transformarem em receptores capazes de extrair a ideia central da mensagem recebida, tanto científica como popular (VILELLA, 2016, p. 4).

O poder público (Estado) não assume a responsabilidade do combate ao mosquito Aedes, no caso da dengue a culpa é sempre repassada para a sociedade que deixa água parada no quintal de casa, que joga lixo na rua, seguido de vários

fatores que propiciam a proliferação da doença. O Estado entra como mero orientador ao fazer uso dos meios de comunicação para informar e educar a sociedade, sem de fato oferecer medidas eficazes com resultados a longo prazo nesse enfrentamento. Como defende Sousa (2021), a comunicação das autoridades de saúde junto aos meios de comunicação centra-se na forma 'ofertista', em que o foco é ofertar informações sobre a doença, o quanto mais melhor.

No modelo ofertista, como o próprio termo já diz, a preocupação, portanto, é ofertar. Quanto mais melhor. De preferência, conteúdos que foquem mais nas características da doença e em seus sintomas, embora, paradoxalmente, a comunicação, em tese, destine-se à promoção da saúde. A ideia não é estimular discussões ou abrir brechas para desconfiar. Mas se estas aparecem, são resolvidas com o argumento de que é a palavra da saúde e, por isso, não pode ser contestada (SOUSA, 2021, p. 429).

A sociedade que é vítima da doença se torna culpada por sua existência. A oferta de orientações não disponibiliza soluções para além do modelo químico. É preciso pensar em um sentido comunitário como um todo, pensar na infraestrutura social, no saneamento básico que atinge principalmente as regiões periféricas; na falta de água potável e a necessidade de acúmulo de água em casa; situações favoráveis a proliferação do mosquito e disseminação da doença. Neste contexto os meios de comunicação apenas reproduzem as falas das autoridades de saúde, como o que lhe é repassado, exercendo um papel de educador social sobre o que é, como se tratara, como se combate e como tudo isso deve ser feito pela sociedade.

Outro ponto a destacarmos nas coberturas jornalísticas sobre as arboviroses, em especial sobre a dengue, é que esta consiste em um conteúdo midiático presente e pautado na mídia diariamente, porém com uma maior ênfase em períodos considerados epidêmicos e de maior risco social, quando há um aumento considerável nos registros dos casos.

Na área da saúde, o papel preponderante dos meios de comunicação irá se revelar nas situações coletivas, como as epidemias, quando a população se vê indistintamente ameaçada, isto é, a importância da imprensa, enquanto canal de informação/reivindicação, é mediatizada pelo caráter mais ou menos coletivo do agravo em questão, bem como pelo potencial de difusão social do problema (FERRAZ e GOMES, 2012, p. 65).

Sendo assim as arboviroses viram notícia na mídia diante de seu impacto e apelo social, e seguem ano a ano presentes em reportagens, debates e discussões a cerca de seu diagnóstico e combate diante do papel de cada ator social (estado e

sociedade). Esta presença na mídia obriga não só a divulgação, o informar, o educar, mais também a necessidade do conhecimento mais amplo dos jornalistas sobre o campo da saúde (FERRAZ e GOMES, 2012).

4.2 Programa Correio da Manhã

Historicamente o conteúdo radiofônico sempre se destacou no viés cultural, educativo e jornalístico fortalecidos pela força econômica e política no Brasil e nas cidades em que ganhou força ao longo de sua história. Na Paraíba, não foi diferente, o rádio chegou ao estado em 1931 com a inauguração da Rádio Club da Paraíba (atual rádio Tabajara pertencente ao Governo do Estado), visando enfrentar a penetração da Rádio Clube de Pernambuco com grande audiência na capital João Pessoa, e a venda de muitos produtos do estado vizinho (SOUSA, 2005). Na cidade de Campina Grande, ambiente de nossa pesquisa, o rádio acompanhou transformações e esteve presente no cenário político, econômico e social da cidade e da região (OLIVEIRA e FREITAS, 2019).

A rádio Correio 98.1 FM, foi a segunda emissora de Frequência Modulada (FM) da cidade, e está no ar há 40 anos, desde 06 de julho de 1983. Integra o Sistema Correio, considerado o maior Sistema de Comunicação da Paraíba com 14 emissoras de rádio, e duas TVs no estado. O sistema tem como diretor presidente o empresário e político (ex-senador) Roberto Cavalcante. Como linha editorial a política e o jornalismo de serviço são predominantes.

Para melhor compreensão dos meios de comunicação de massa, em especial o rádio, na conscientização, educação, busca, e efetivação de políticas de saúde no âmbito local, em Campina Grande, na Paraíba; observamos as ações de pautas, debates, questionamentos, cobranças e atuação do programa *Correio da Manhã*, que integra a grade de programação jornalística da Rádio Correio FM (98.1).

O jornal que é líder de audiência com média geral de 21% de pontos, segundo a pesquisa da empresa 6sigma, em maio de 2022, passou a fazer parte da grade da emissora por volta dos anos 1990, com outro nome, o 'Grande Jornal Correio', seguindo com novas formações jornalísticas o noticiário mudou de nome, mas seu viés centrado em pautas políticas e sociais segue o mesmo até os dias atuais. No ar de segunda a sexta-feira, sempre de 6h às 8h da manhã, com opiniões políticas, publicidade comercial, reportagens, entrevistas e participação de ouvintes.

O processo de produção das duas horas de jornal é iniciado no dia anterior. Muitas das pautas acabam sendo o desfecho de um debate iniciado no programa que acabou de ir ao ar. Assuntos que repercutem em todo o estado e principalmente em Campina Grande, começam a ser apurados para abordagem no dia seguinte. A equipe de produção, apresentadores e repórteres apontam pautas a serem avaliadas pela produção e, se aprovadas, começam a ser produzidas, com a busca de entrevista (gravadas ou agendadas para o ao vivo). É determinante a repercussão do assunto, se a equipe julgar que o conteúdo vai 'render', a entrevista é ao vivo, em estúdio ou até mesmo por telefone.

As mensagens dos ouvintes com apelos ou reclamações são colhidas e de acordo com o tema (se julgado de importância social), a questão entra em pauta como uma entrevista ou reportagem para esclarecer o assunto. Como por exemplo, se são em números expressivos, mais de três reclamações, de falta de atenção do poder público no combate a arboviroses em determinado local da cidade, a equipe pode julgar importante entrevistar o secretário de saúde local sobre o tema, e sendo uma entrevista ao vivo a população participa durante a conversa tirando dúvidas e questionando o entrevistado. Em casos de reclamações populares na questão de obras urbanas, a equipe designa o repórter para ir em loco, muitas vezes ao vivo durante o jornal, para ouvir a comunidade e cobrar resposta e execução de solução do problema por parte do poder público, ou questiona ao vivo o responsável pela pasta (secretaria) sobre o tema.

O roteiro do jornal (roteiro) contém de uma a três entrevistas ao vivo. Participações dos ouvintes por mensagem de texto ou áudio, interações nas redes sociais das emissoras, e por telefone, uma a três reportagens (gravada ou ao vivo). É dividido em quatro blocos e três intervalos comerciais: o jornal inicia o primeiro bloco com as pautas do dia em manchetes; participação do repórter policial, Hiran Barbosa, que ao longo do programa faz entradas ao vivo com pautas do dia a dia (oriundas das reclamações e apelos de ouvintes) e reportagens gravadas; a primeira entrada é ao vivo direto da central de polícia com um resumo dos acontecimentos da área nas 24h anteriores (relatos e entrevistas), seguido do noticiário esportivo com o repórter Franco Ferreira.

No segundo bloco o jornalístico volta com reportagens e interação dos ouvintes e entrevista; terceiro bloco é centrado como momento de entrevista principal que deve gerar maior repercussão, e atrai participação do ouvinte. O quarto

e último bloco é dedicado as informações políticas local, estadual e nacional, com participação do repórter correspondente de Brasília (DF), Edinho Magalhães. O jornalístico é apresentado pelos jornalistas Carlos Sousa e Victor Silva, e tem produção executiva da jornalista Carol Santos, mestrande e autora desta pesquisa, os trabalhos operacionais do jornal é feito pelo operador e jornalista Oscar Neto.

Uma característica marcante do jornal é a interação dos ouvintes pelo telefone, whatsapp, instagram, facebook e youtube. Junto as mudanças estruturais e de equipe, o jornalístico também se adaptou junto a emissora e o meio rádio, as novas tecnologias, e além de ser transmitido pelo Rádio FM, também pode ser acompanhado nos sites de rádios como o TuneinRádio, Radios.Net, e correiosat.com.br, site específico que centra todas as emissoras do Sistema Correio, além de aplicativos da emissora, e nas lives com imagem no youtube da Correio 98FM Digital.

Figura 1 - Estúdio da rádio Correio 98.1 FM em Campina Grande-PB



Fonte: Arquivo Sistema Correio, 2022

4.3 Poder público e o combate as arboviroses em Campina Grande

Antes de apresentar nossa análise sobre a relação rádio e políticas públicas de saúde na cidade de Campina Grande, na Paraíba; diante do enfrentamento as arboviroses, vamos observar a presença e comportamento do mosquito *Aedes Aegypti* na vida da população local.

Com base em dados fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município por meio da equipe da Gerência em Vigilância Sanitária, analisamos a série histórica do LIRA (Levantamento de Índice Rápido para o *Aedes Aegypti*), realizado em períodos

bimestrais ao longo do ano, em 53 localidades no município, entre 2015 e 2022. De acordo com as datas previstas pelo ministério da saúde são realizadas de 4 a 5 LIRAs ao ano.

Destacamos em nossa observação, os índices de Infestação Predial (que mostra a situação de risco para a transmissão de arboviroses); os locais (Bairros) de predominância do vírus; ações de combate, prevenção e cuidados com as doenças causadas pelo mosquito (Dengue, Zica e Chicungunya) desenvolvidas pelo poder público local.

A escolha do período de observação usa como referência inicial o ano de 2015, quando o país tinha um índice recorde de 1,6 milhão de casos de dengue desde 1990⁹; até a primeira semana de outubro de 2022. Antes da mostra histórica de infestação do mosquito, é importante destacar o parâmetro que o Ministério da Saúde utiliza para definir os riscos de infestação em baixo, médio e alto risco: o risco é considerado baixo quando o percentual é menor ou igual a 0,9%; risco médio quando está entre 1% e 3,9% e alto risco quando é maior ou igual a 4%.

Quadro 1 - Levantamento Histórico do Índice Geral do LIRA (Levantamento de Índice Rápido para o Aedes Aegypti) Em Campina Grande/PB de 2015 – 2022

ANO	1º LIRA / PERÍODO	2º LIRA / PERÍODO	3º LIRA / PERÍODO	4º LIRA / PERÍODO	5º LIRA / PERÍODO
2015	4,4% (05 a 09 de janeiro)	4,9% (02 a 06 de março)	7,6% (29 de junho a 03 de julho)	6,0%(05 a 09 de outubro)	Sem registro
2016	6,3% (11 a 15 de abril)	4,3%(11 a 15 de julho)	2,4%(24 a 28 de outubro)	Sem registro	Sem registro
2017	7,5%(30 de janeiro a 03 de fevereiro)	4,9%(25 a 28 de abril)	7,2%(03 a 07 de julho)	Sem registro	Sem registro
2018	5,2%(30 de janeiro a 03 de fevereiro)	4,5%(09 a 13 de abril)	6,1%(03 a 07 de julho)	3,3%(23 a 27 de outubro)	Sem registro
2019	3,2%(07 a 11 de janeiro)	5,6%(01 a 05 de abril)	7,7% (01 a 05 de julho)	6,6%(21 a 25 outubro0)	Sem registro
2020	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro

⁹<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/pais-teve-16-milhao-de-casos-de-dengue-em-2015.html#:~:text=Em%202015%2C%20foram%20registrados%201.649,2013%2C%20com%201.452.489.>

2021	2,1%(25 a 29 de janeiro)	3,0%(26 a 30 de abril)	4,9%(12 a 16 de julho)	4,2%(13 a 17 de setembro)	1,7%(29 de outubro a 03 de dezembro)
2022	4,4%(04 a 08 de abril)	4,0%(04 a 08 de julho)	1,8%(17 a 21 de outubro)	Sem registro	Sem registro

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Observa-se que em nenhum momento a cidade registrou baixo índice de infestação, tendo como resultado a presença predominante do vírus em bairros periféricos.

Quadro 2 - Índices de infestação ao ano, por localidade (Bairro) em Campina Grande/PB de 2015-2022

ANO	MAIOR ÍNDICE DE INFESTAÇÃO	MENOR ÍNDICE DE INFESTAÇÃO
2015	José Pinheiro, Mirante, Monte Castelo e Santo Antônio com 11,7%.	Malvias II com 6,5%.
2016	Malvinas II com 10,5%.	Malvinas I com 1,0%.
2017	Malvinas I com 12,7%.	Prata com 0,7%.
2018	Acácio Figueiredo, Velame e Cidades com 12,2%.	São José da Mata com 0,0%.
2019	São José da Mata com 13,1%.	Prata, Centro e Alto Branco com 0,6%.
2020	Não houve dados por LIRA	Não houve dados por LIRA
2021	Santa Cruz e Presidente Médice com 9,0%.	Aluízio Campos 0,0%.
2022	São José e Liberdade com 7,45.	Velame, Três irmãs, Cidades e Acácio Figueiredo com 0,5%.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao observarmos os bairros que aparecem como os maiores índices de infestação do mosquito, identificados que o bairro do José Pinheiro que chegou a registrar 11,7% de infestação, tem canais e esgotos a céu aberto, sendo caracteristicamente um bairro periférico da cidade enfrenta questões como falta de saneamento e falta de água constante. É importante destacar que a cidade de Campina Grande tem em sua dimensão canais como o Canal do Prado, Canal da Cachoeira (que fica no José Pinheiro), a presença é tão Marcante que uma das principais vias da cidade tem em sua extensão um canal que dar nome a via: Avenida Canal, e que também passa pelo José Pinheiro. E mesmo sendo um canal. Essas águas na maior parte do ano não são correntes em alguns pontos. Existem

inclusive pontos em que moradias são construídas em cima ou ao lado desses canais, agravando a questão saneamento básico no local.

De acordo com a especialista ouvidos pelo site Brasil 61¹⁰, o risco de contaminação pelas arboviroses é bem maior nas áreas com saneamento básico precário. “Isso porque a ausência de sistema de água encanada, por exemplo, favorece o surgimento de criadouros para que o *Aedes aegypti* se reproduza.” Situação não muito difícil nos demais bairros, que mesmo considerados como bairros “nobres” como a Liberdade e São José acabam sendo próximos de bairros periféricos que enfrentam problemas socioambientais.

O ano de 2020, ano de declaração da pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde, o município não divulgou e nem nos passou dados de registro de LIRA.

Figura 2 - Avenida Canal em Campina Grande



Fonte: Por Heloisa Helena.

- Análise histórica da população infectada:

Após análise histórica dos índices de infestação do *Aedes Aegypti* no município de Campina Grande (PB) observamos a seguir os dados de pessoas infectadas pelo mosquito no período de análise histórica de 2015 a 2022.

Diante da dificuldade de obter os dados numéricos de pessoas infectadas com Dengue, Chikungunya e Zika pela Secretaria Municipal de Saúde de Campina

¹⁰ Brasil 61: Falta de saneamento básico pode favorecer contágio da dengue-
<https://brasil61.com/noticias/falta-de-saneamento-basico-pode-favorecer-contagio-da-dengue-aede202797#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20especialista,o%20Aedes%20aegypti%20se%20reproduza.>

Grande, bem como o atraso da pesquisa e prazos de entrega de resultados iniciais, observaremos a seguir os dados anuais de pessoas infectadas pelo mosquito e diagnosticadas com arboviroses no estado da Paraíba, seguido de um recorte de dados da situação na cidade de acordo com os Boletins de Arboviroses disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde. As informações contidas em cada Boletim Epidemiológico que trata das arboviroses estão disponíveis no Sinan¹¹ (O Sistema de Informação de Agravos de Notificação).

Quadro 3 - Dados anuais de casos de dengue, Chikungunhya e Zika na Paraíba de 2015 a 2022:

ANO	PERÍODO DE ANÁLISE DO BOLETIM	Dengue	Chikungunhya	Zika
2015	De janeiro de 2015 a janeiro de 2016	Dengue: 28.185	Sem dados	Sem dados
2016	De janeiro a dezembro	Dengue:44.374	Chikungunhya:20.928 notificações	Zika:4.899
2017	De janeiro a outubro	Dengue:3.568	Chikungunhya:1.590	Zika:161
2018	De janeiro a novembro	Dengue:11.753	Chikungunhya:1.294	Zika:600
2019	De janeiro a dezembro	Dengue:17.560	Chikungunhya:1.299	Zika:391
2020	De janeiro a dezembro	Dengue:6.476	Chikungunhya:1.761	Zika:321

¹¹ Sistema que tem o como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de Governo, por meio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. <http://www.portalsinan.saude.gov.br/sinan-net>.

2021	De janeiro a novembro	Dengue:14.	Chikungunhya:9.435	Zika:1.454
2022	De janeiro a outubro	Dengue:27.232	Chikungunhya: 18.529	Zika:623

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nos de 2015 e 2019 anos em que a Paraíba consta nos boletins em ano de epidemia, com recortes sobre Campina Grande. Em 2015 o estado registrava 547,91 casos a cada 100 mil habitantes, configurando a epidemia. Dados do boletim demonstram que dos 223 municípios da Paraíba, destes, 118 apresentaram o coeficiente de incidência acima de 300 casos/100 mil habitantes. Campina Grande não foi classificada como uma cidade em epidemia, mesmo registrando alto índice de infestação do mosquito segundo a LIRA do município.

Em 2019, o coeficiente de incidência da Paraíba ultrapassou novamente 300 casos por 100 mil habitantes, o que indica mais um ano de epidemia. Ainda neste ano, 31 municípios (13,90%) apresentaram índices que demonstram situação de risco para ocorrência de surto de dengue, sendo eles: Alagoa Nova, Campina Grande, Caiçara, Ingá, Maturéia, Sousa, Patos, Riacho dos Cavalos, Solânea, Monteiro, Bom Jesus, São José do Brejodo Cruz, Olivedos, São João do Rio do Peixe, Puxinanã, Damião, Prata e Pedra Lavrada.

Quadro 4 - Óbitos por arboviroses. Os boletins registram como mortes suspeitas, em investigação, e confirmados. E considera as notificações recebidas no período de 24 horas pela Vigilância Estadual.

ANO	ÓBITOS NA PARAÍBA	ÓBITOS EM CAMPINA GRANDE	ARBOVIROSES/CG
2015	9 notificações na Paraíba	Não registrou morte	Sem registro
2016	108 notificações na Paraíba	3 notificações	1 morte por dengue
			2 por chicungunya
2017	22 notificações de suspeita na Paraíba	1 notificação	0 por zika 0 dengue
			1 por chicungunya
2018	44 notificações na		0 por zika 4 confirmados para dengue

	Paraíba	5 notificações	0 para chicungunya
			1 confirmado para zinka.
			Sem Registro
2019	56 notificações suspeitas	Não registrou mortes	Sem Registro
2020	25 notificações suspeitas	Não registrou mortes	Sem Registro
2021	15 notificações suspeitas	Não registrou mortes	Sem Registro
2022	62 notificações suspeitas	5 notificações	0 dengue
			5 por chicungunya
			0 por zika

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As notificações de mortes acontecem por meio dos registros das unidades de saúde, e confirmação após resultados dos exames, conforme a Portaria N° 204/16 informando a Vigilância em Saúde municipal, Gerências de Saúde Regionais, área técnica de Vigilância em Saúde da SES-PB e Ministério da Saúde, respectivamente. A ficha de notificação consiste na comunicação da ocorrência de casos individuais ou surtos, suspeitos e/ou confirmados. Ainda se acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, o monitoramento, destas notificações, deve ser realizado com frequência pelas vigilâncias, assim como, a realização quinzenal do fluxo de retorno, fazendo com que recebam as notificações realizadas nos municípios de ocorrência.

- Ações de combate ao Aedes Aegypti

Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, destaca-se a estratégia de armadilhas, um sistema Ovitrapas, implantado pelo Ministério da Saúde em 143 cidades do país. Antes ele era utilizado somente para resgatar ovos do mosquito e testar a resistência deles ao larvicida em laboratório. A ferramenta foi adaptada então para realização do levantamento do índice de infestação e também para realizar o combate ao mosquito. Foram implantadas mais de 1 mil armadilhas em cerca de 5 mil quarteirões da cidade. O Ovitrapas é um recipiente com água e outro produto que serve como atrativo sexual para o mosquito fêmea depositar seus ovos.

Figura 3 - Armadilhas para o Aedes Aegypti



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande

De acordo com os documentos obtidos junto ao poder público de saúde municipal, entre as estratégias desenvolvidas no combate as proliferações do Aedes Aegypti na cidade estão: visitas e tratamento de larvicida quinzenalmente, em cerca de 85 pontos estratégicos na cidade, ou seja, durante o ano são feitas 170 visitas aos cemitérios, borracharias, igrejas e possíveis locais prováveis de focos do mosquito transmissor das arboviroses. Nesses locais quando positivos para Aedes, é realizado dedetização e utilização de equipamento de UBV (Ultra Baixo Volume), ou seja, o conhecido fumacê, que pode ser com veículo, ou pulverizador costal automatizado; Anualmente são entregues equipamento de proteção individual, tais como: luvas, óculos, máscara de proteção respiratória, além de fardamento e bolsa de trabalho aos agentes endêmicos. Durante a Pandemia do coronavírus, os agentes visitaram os imóveis Peridomiciliar (área externa das residências, em um raio não superior a cem metros).

Em 2022 a equipe passou a usar cinco equipamentos de UBV (Ultra Baixo Volume) para ajudar no controle as arboviroses, utilizando, também, um drone que auxilia na fiscalização de terrenos abandonados, que sejam prováveis criadouros do mosquito.

Atualmente a Gerência de Vigilância Ambiental utilizada o produto biolarvicida, chamado de NATULAR DT ESPINOSADE, inseticida larvicida a base de Espinosade (Espinosina A Espinosina D) 7,48%, derivado da fermentação biológica de Saccharopolysporaspinososa, formulado em pastilhas de 1,35g com duas camadas, sendo uma camada efervescente para ação imediata e outra de liberação lenta para ação residual, para o controle de Aedes aegypti, Aedes albopictus e Culexquinquefasciatus, segundo informações da própria gerência de Vigilância em

Saúde do município. O produto apresenta ainda, segundo a gerência, baixa toxicidade sistêmica, no entanto, pode ser nocivo quando ingerido, inalado ou absorvido pela pele. Poeiras do produto podem causar ligeira irritação ocular. A inalação de grandes quantidades de poeira pode causar irritação ao nariz, garganta, pulmões e trato respiratório superior.

A Secretaria de Serviços Urbanos e de Meio Ambiente atua para a limpeza dos terrenos baldios, e de imóveis que servem de depósitos para acumuladores de resíduos sólidos. A Secretaria também auxilia no recolhimento de pneus por todo o município.

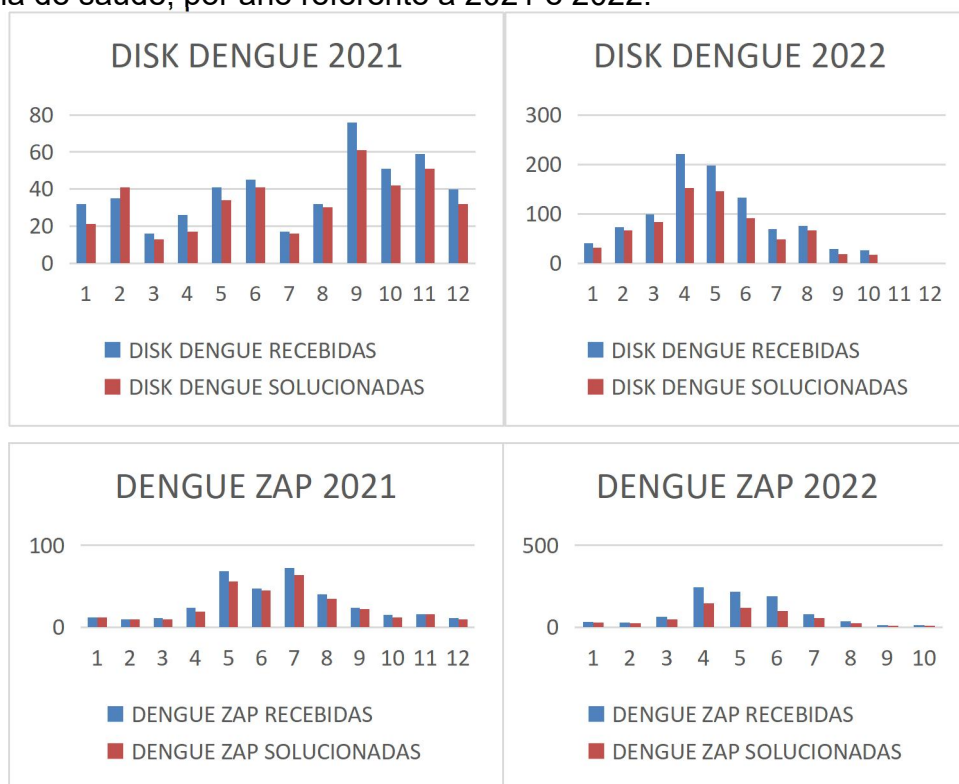
Quadro 5 - Projetos de combate e enfrentamento ao *Aedes Aegypti* desenvolvidos entre os anos 2014 a 2022

PROJETO	AÇÃO
Projeto dengue na educação	Ação educativa nas escolas do município.
Combatendo o Aedes no âmbito escolar	Além das ações educativas, são feitas limpeza e operação com o carro fumacê.
Projeto Saúde se faz com Vigilância	Ações educativas e de conscientização da população percorrendo os principais bairros da cidade.
Dengue Zap	Utilizado para que a população denuncie pelo número 99884-9535, (segundo última atualização) pelo aplicativo whatsapp, locais com focos do mosquito <i>Aedes Aegypti</i> . São enviadas informações, fotos e vídeos dos locais para que a Coordenação de Vigilância Ambiental possa atuar nos locais. E tirara dúvidas sobre sintomas e orientações de atendimento médico.
Disk Dengue	Voltado para quem não tiver acesso ao WhatsApp, o contato pode ser feito pelo telefone fixo através dos números 3310-7062 ou 3322-5760, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Com foco em ações que exigem a participação efetiva da sociedade no combate ao mosquito observamos os resultados do Disk Dengue, e do Dengue Zap referentes aos anos de 2021 e 2022.

Figura 4 - Levantamento rápido de denúncias recebidas no Disk Dengue, e solucionadas pela secretaria de saúde, por ano referente a 2021 e 2022. E o levantamento rápido de denúncias recebidas no Dengue Zap, e solucionadas pela secretaria de saúde, por ano referente a 2021 e 2022.



Fonte: Secretária de Saúde de Campina Grande, 2022

Em números gerais de janeiro a dezembro de 2021 foram recebidas 470 chamadas de denúncias no disque dengue, destas 399 foram solucionadas. Em 2022 de janeiro a outubro, foram recebidas 963 denúncias, destas 718 foram solucionadas.

Em relação ao Dengue Zap por onde a população pode denunciar locais de infestação do mosquito, e solicitar limpezas de espaços urbanos por meio de imagens (foto e vídeo), mensagens de texto e enviando localização do ambiente. Em 2021 foram 350 demandas enviadas, e destas 311 solucionadas. No ano de 2022 a Secretaria recebeu uma demanda de 914 notificações, enviadas pela população, e destas 576 foram solucionadas.

Nos contatos da população com o Dengue Zap e Deisk Dengue estão apelos e pedidos pela passagem do carro fumacê nos bairros, denúncias de terrenos baldios que acumulam lixo e se tornam espaço propício a proliferação do mosquito, denúncias de casas abandonadas, pedidos de limpeza em áreas que acumulam água parada e pedidos de limpeza de áreas como praças e terrenos.

4.4 Arboviroses em pauta no Correio da Manhã

Diariamente o jornalístico Correio da Manhã é pautado pelos fatos diários prioritariamente da sociedade campinense e paraibana, não deixando de relatar os fatos de destaque nacional e internacional.

Diante da atuação do programa, para nossa análise sobre o rádio e as políticas de saúde no combate as arboviroses na cidade de Campina Grande na Paraíba, realizamos uma observação direta do programa concentrando os períodos com maior destaque para a pauta saúde/arboviroses no noticiário, durante 24 semanas do ano de 2022, entre os meses de abril e outubro os programas foram acompanhados e gravados em áudio e transmissões online salvas no youtube quando não foi possível gravação.

Observamos a presença do tema das arboviroses no noticiário; de que forma foi abordado; e a presença do poder público diante da abordagem jornalística e questionamento social sobre arboviroses Dengue, Zika e Chicungunya. Destacamos então os dias que identificamos abordagem sobre o tema no programa e de que forma fora abordado.

Quadro 6 - Presença do tema das arboviroses no noticiário Correio da Manhã.

PERÍODO DE OBSERVAÇÃO	ABORDAGENS
De 26 de abril ao mês de maio (dias 5, 10, 30 e 31).	Identificamos uma discussão em estúdio com a equipe do noticiário, foram apresentados e alertados sobre os dados do boletim de arboviroses do Estado e a presença do Aedes Aegypti na Paraíba; foi observada ainda uma reportagem sobre os dados de arboviroses na cidade, e entrevista com especialista em infectologia sobre a chicungunya e o aumento de casos de arboviroses no estado ao acender a preocupação para uma nova epidemia.
	O tema esteve presente em reportagem, entrevista com o secretário municipal de saúde sobre a dengue, zika e chicungunya e a covid-19, e uma entrevista médica com especialista em ortopedia sobre as consequências da

Entre os meses de junho (dias 8 e 10) e julho (dias 1 e 19).	chicungunya para as articulações do corpo dos pacientes infectados, e também discussão em estúdio sobre a doença e os cuidados que a sociedade deve tomar como forma de combater o mosquito transmissor da doença.
Do mês de agosto (dia 18), Setembro (dias 1 e 13) e outubro (dia 5).	Esteve em pauta por meio de discussões e dados de casos de pessoas com arboviroses no estado e na cidade, bem como por meio de reportagem que destacou as ações da secretaria municipal de saúde no enfrentamento e combate a proliferação do mosquito com uso da tecnologia.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Nos meses de maio, junho e julho de 2022 quando a cidade registrava, segundo o Levantamento Rápido de Infestação, um índice de 4,0%, ou seja, alto risco de proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* houve uma maior presença do tema no noticiário. Neste período as constantes reclamações de ouvintes, tais como apelos e cobranças por ações do poder público, consistiam em sua maioria a pedidos de circulação do carro fumacê; denúncias de casas abandonadas como ambiente propício para criadouro de mosquito; denúncia e pedido de limpezas de terrenos com lixo; reclamações do não funcionamento e não atendimento da ferramenta Dengue Zap; e relatos de casos de arboviroses, principalmente Chikungunya em alta escala na localidade.

Com base nos dados da LIRA 2022, das localidades identificadas com mais de três reclamações durante observação do programa, o maior índice de infestação de até 7,4% foi na Liberdade no primeiro levantamento do ano, em abril de 2022, chegando a 3,4% no mesmo bairro em outubro, último levantamento contabilizado nesta pesquisa. Tendo uma variação de médio e alto risco de infestação do mosquito.

O bairro da Prata apresentou infestação de 2,6% na primeira LIRA (em abril), e de 0,9 na última contabilização (em outubro), ou seja, obteve médio e baixo risco. É importante levar em consideração que mesmo se tratando de reclamações de espaço abandonado com acúmulo de água, a vigilância não pode entrar nesses ambientes sem autorização e a análise desses locais é assim prejudicada, e os resultados dos dados de infestação nem sempre são exatos.

Quadro 7 - Caracterizando as áreas de maiores interações com tema arboviroses no Correio da Manhã, no período observado. Descrevendo bairros, ouvinte e questionamentos.

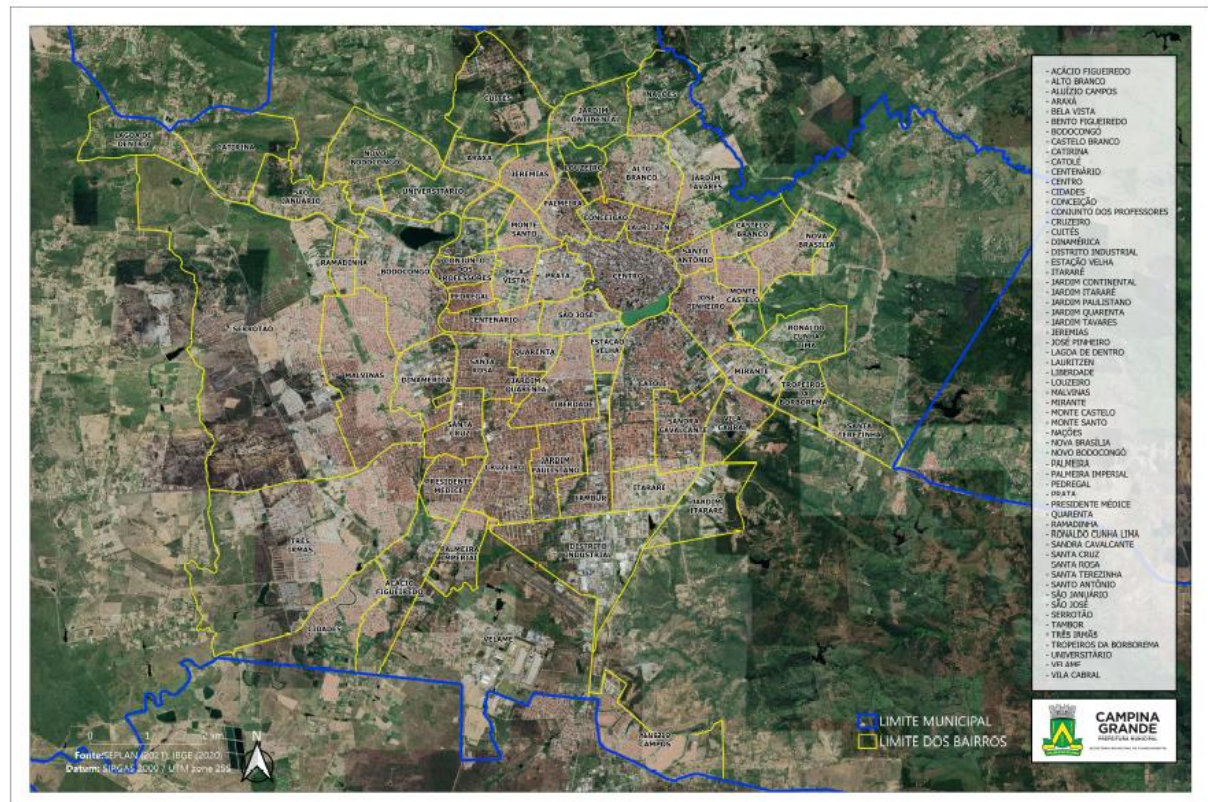
Bairros com maiores interações	Descrição do Bairro	Perfil do ouvinte	Questionamentos
Liberdade	Bairro de classe média, um dos bairros mais conhecidos e populares da cidade. Quase 100% de saneamento básico, localiza-se próximo ao bairro da Estação Velha que é um bairro de classe D e E, com difícil acesso a saneamento básico, constante falta de água, e presença de canais de e esgoto a céu aberto.	Mulheres, dona de casa, entre 25 a 40 anos. Homens entre 35 a 60 anos, sem profissão definida. Ambos classe média baixa.	Pedidos de carro fumacê, limpeza de terrenos e aumento de casos de Chicungunya no bairro.
Catingueira	Bairro periférico, distante do centro. Classe média baixa, D e E. Saneamento básico que não atende 100% das residências. Nas chuvas aumentam o acumulo de água em terrenos, constantes falta de água nas torneiras.	Mulheres donas de casa, ou sem profissão especificada.. Classe média baixa.	Pedidos de passagem deo carro fumacê.
Distrito Industrial	Bairro industrial, concentra muitos galpões, espaços propícios ao acumulo de água parada como terrenos.	Homens, entre 35 a 60 anos, Trabalha no setor de indústria e borracharias que ficam no bairro. Classe média baixa.	Pedidos de passagem deo carro fumacê.
Aluízio Campos	Complexo habitacional inaugurado em 2019 que concentra 4.100 famílias, que	Mulheres entre 25 a 40 anos. Classe	Pedidos de passagem deo

	receberam as moradias por programa social do governo. Centrando-se em classe média baixa, D e E.	média baixa. Sem profissão definida.	carro fumacê.
São José da Mata	Distrito de Campina Grande, ambiente rural, não tem 100% de saneamento básico. É atendido pelo abastecimento de água potável, porém algumas localidades rurais do distrito são ainda atendidos pela operação carro pipa, tendo a necessidade de acumular água em casa e cisternas. Classe média baixa, E e D.	Mulheres entre 25 a 40 anos. Sem profissão definida.	Terrenos baldios com lixo. Aumento de casos de arboviroses na comunidade.
Prata	Bairro de Classe média Alta, centra muitas residências sem moradores, algumas são alugadas e viram clínicas médias, e outras seguem fechadas e/ou abandonadas.	Mulheres entre 25 a 40 anos, classe média alta. Sem profissão definida.	Denúncias de casas abandonadas com piscinas acumulando água e virando criadouros para o mosquito.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

A seguir o mapa da cidade de Campina Grande nos mostra a distância e os limites entre os bairros citados a cima com a maior interação com o noticiário em relação as arboviroses.

Figura 5 - Mapa de Campina Grande – PB/2023.



Fonte: Gerência de Vigilância em Saúde do Município de Campina Grande, PB

As respostas do poder público aos questionamentos dos ouvintes e do jornalístico consistiam na conscientização social como agente principal no combate ao mosquito Aedes; tendo no programa espaço replicador de seu discurso na responsabilização social, reforçado com a presença de pautas com orientação e alerta para o crescimento de infestação e dos casos da doença.

A seguir destacamos as principais reclamações e apelos diretos dos ouvintes que entraram em contato com o Correio da Manhã abordando as questões acerca das arboviroses, e apresentamos a resposta do poder público para tal questionamento.

Quadro 8 - Interação do ouvinte do Correio da Manhã e resposta do poder público.

Participação de ouvinte	Poder público
<p>“...pedir para a secretaria de saúde mandar o carro fumacê aqui na bairro da catingueira, tem muitos casos de chicungunya aqui na minha rua e a prefeitura que fazer alguma coisa.”</p>	<p>“Todos os bairros da cidade tem um cronograma para a passagem do carro fumacê, porém em dias de chuva fica inviável mandarmos o carro. Mas todos os bairros são atendidos. A gente lembra que a população</p>

<p>(Ouvinte)</p>	<p><i>pode fazer sua parte evitando jogar lixos no terrenos, fazendo limpezas em suas casas ...”</i></p> <p>(Gerência de Vigilância Ambiental)</p>
<p><i>“ pedir para vocês fazer um apelo a secretaria de saúde para e o pessoal da vigilância ambiental porque tem uma casa aqui na prata que esta abandona há anos e a piscina fica acumulando água e virando um criadouro de mosquito colocando a nossa vida em risco. A prefeitura precisa fazer alguma coisa...”</i> “já tentei entrar em contato pelo dengue zap, mas ninguém responde minhas mensagens, fica difícil ai a gente tem que ligar para você para vcer s a secretária atende nosso apelo.”</p> <p>(Ouvinte)</p>	<p><i>“os agentes da vigilância a ambiental faze visitas periódicas nas redidências da cidade, mas em casas que estão fechadas os agentes não podem entra é preciso autorização do proprietário... a população pode seguir entrando em contato com a genrência pelo Dengue Zap (83) 9 9884-9535 e mandar fotos e vídeos dos locaispara ajudar no trabalho da vigilância ambiental. Muitas vezes a linha esta ocupada ou o pessoal ainda não tem iniciado os atendimentos, mas o número está sim em funcionando.”</i></p> <p>(Assessoria de Comunicação Secretaria de Saúde municipal)</p>
<p><i>“Quem é responsável pela limpeza de terrenos? Quero pedir para vocês fazerem o apelo, porque aqui tem um terreno próximo a minha casa que tme muito mato e lixo e acaba sendo criadouro para o mosquito da dengue e outros bichos.”</i></p> <p>(Ouvinte)</p>	<p><i>‘A secretária de serviços urbanos vai realizar a limpeza do terreno, assim como faz nos demias bairros da cidade. E lembra a população que a coleta d elixo esta ocorrendo de forma continua na cidade, e mesmo assim algumas pessoas insistem em jogar lixo nos terrenos. Fazemos a limpeza que no dia seguinte já tem gente jogando lixo no local mais uma vez, isso prejudica nosso trabalho e a população do bairro.”</i></p> <p>(Assessoria de /comunicação Secretaria de Serviços urbanos do município)</p>
<p><i>“...é que aqui na minha rua tem muita gente com chicungunya e quero pedir para o secretário de saúde mandar o carro fumacê passar aqui. Só na minha rua quase totó mundo já pegou já. E também para o pessoal voltar a passar nas casas da gente colocando remédio na água que ajudava a evitar o mosquito da dengue, façam esse apelo ai pra gente por favor.”</i></p>	<p><i>“A prefeitura tem ampliado os investimentos no combate as arboviroses no município, os bairros tem uma escala para a passagem do carro fumacê e os agentes fazem visitas periódicas em todos os bairros, porém temos um efetivo pequeno paa atender a todos de uma forma mais ampla, então contamos também com o apoio da população em fazer sua parte. É uma</i></p>

(Ouvinte)	<p><i>luta de todos. Muitas vezes vamos nas casas o pessoal não está em casa, acumulam água de forma errada... estamos trabalhando para evitar a proliferação do mosquito e para isso contamos com a ajuda de todos..."</i></p> <p>(Gerência de Vigilância em Saúde do Município)</p>
-----------	---

Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

Ao todos foram 11 reclamações diretas sobre o assunto: 4 de pedido para que o carro fuimacê fosse enviado ao bairro; 3 denúncias de residências abandonadas; 2 reclamações de que o Dengue Zap não funcionava, 2 apelos de limpeza de terreno. A resposta do poder público a cada reclamação e questionamento dos ouvintes reforça o que já havíamos observado na pesquisa, a responsabilização do ouvinte/população diante da necessidade de combater as doenças causadas pelo mosquito, discurso este reforçado pelo noticiário que não questionou o poder público a cada resposta sobre os fatores socioambientais em que cada bairro que originou a reclamação está inserido. Ainda nesta observação, destacamos que dos apelos que foram ao ar, apenas os apelos de limpeza de terreno tiveram retorno dos ouvintes para agradecer ao noticiário e ao serviço público pela limpeza do local.

Quando observamos as fontes (entrevistados) nas pautas sobre o tema, predominantemente eram especialistas na área, e ou representante oficial da secretaria de saúde municipal ou estadual. A presença do tema saúde aqui representa o reforço da responsabilização social, ao mesmo tempo que transmite a ausência de políticas efetivas para promover o bem-estar local por parte do governo, seja ele estadual, municipal e federal. Durante nossa observação constatamos que a presença do tema saúde no jornalístico centra-se como espaço dedicado a questionamentos sobre o funcionamento de ações do poder público ao mesmo tempo que se torna espaço de promoção das ações emergências, desenvolvidas pelo Estado/Município.

Ainda em nossa observação é possível identificar um ponto importante, a presença da saúde comercializada, no mesmo espaço dedicado ao jornalismo de serviço e promoção do direito ao acesso gratuito a saúde; o mesmo programa que pede mais saúde pública de qualidade, atuação efetiva do governo e conscientização da população; é o espaço que vende a saúde por meio da

publicidade dos patrocinadores do jornalístico, que tem em sua lista de quase 15 apoiadores, clínica, laboratório e plano de saúde privados, nos fazendo refletir sobre a máxima presente inclusive na Constituição Nacional de 1988, do direito a saúde pública de qualidade e gratuita, mas com a prerrogativa de recorrer ao serviço privado se necessário.

Ao analisarmos a presença da pauta saúde no contexto das arboviroses no jornalístico, percebemos a presença da Teoria da Agenda-setting diante do agendamento público no tocante ao Estado na 'cobrança' de ações, e social ao atingir o ouvinte com informações, em grande parte alarmista e educativas que visam mudar suas atitudes e realidade, enfatizando em sua programação tal tema (LIMA, 2019). Porém, diante da nova realidade digital e tendo em vista que a pauta também foi enfatizada após reclamações e apelos dos ouvintes é possível identificar um ato reverso neste agendamento, onde a necessidade social pauta o meio de comunicação, identificada na comunicação como teoria do Agendamento Reverso, quando as pautas públicas são agendadas por meio da participação coletiva do público com a mídia (LIMA, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise observamos que os meios de comunicação vão além do informar. Ao falar de desenvolvimento de políticas de saúde podemos destacar três funções básicas exercidas pela mídia diante da ausência do Estado: informar, comunicar e educar, como concluímos em nossa pesquisa, o Correio da Manhã, ao pautar a saúde e ser pautado pelas necessidades do ouvinte. Esta atuação desperta na sociedade a consciência de seu direito, ampliado na interação com a mídia por meio de apelos, cobranças e pedidos de solução de problemas, por exemplo.

Ao falarmos das arboviroses destacamos ainda que é preciso uma educação além, é preciso educar ainda os jornalistas que replicam os discursos já enfatizados pela publicidade estatal (Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde). Não é a sociedade que não tem acesso a saneamento básico a única responsável pela proliferação do *Aedes Aegypti*. Lutamos diariamente contra ‘um inimigo de todos’, mas a responsabilidade é apenas da população (a vítima)? É apenas entrevistando autoridades em saúde que conscientizamos sobre o tema? Pautar o saneamento básico é ainda uma forma de ampliação do consciente social e da necessidade deste como uma política no enfrentamento de doenças e na promoção do tão esperado bem-estar social.

Só em 2020 o Congresso Nacional aprovou a lei nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico, e inclui a regularização entre a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e o setor de saneamento. Em contrapartida a esta aprovação, em 2022, o levantamento do Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, aponta que 35 milhões de pessoas no Brasil vivem sem água tratada e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto, resultando em doenças que poderiam ser evitadas, e que podem levar à morte por contaminação. Com o ‘Novo Marco Legal do Saneamento básico’, os investimentos no setor atingiram R\$ 13,7 bilhões, valor que é insuficiente para que sejam cumpridas as metas da legislação atualizada.

É preciso de fato ir além do informar, e ampliar debates para o acesso a políticas e serviços que promovam uma melhor qualidade de vida, quando o tocante é a necessidade de ligar para uma rádio para pedir a limpeza de um terreno, para pedir que o carro fumacê passe na sua rua, para pedir que o estado faça sua função

de protetor e fornecedor de condições básicas de vida, como a saúde garantida na constituição.

O rádio, de fato, faz parte da vida das pessoas, exerce poder político sobre elas, e as transmite a ideia de poder sobre ele, opinando e tendo espaço de voz. O jornalismo de serviço é uma ferramenta de desenvolvimento diante das necessidades sociais e da ausência do poder público para solução de problemas permanentes e que parecem sem solução.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. R. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 53-62, 2000.

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa: 31% dos brasileiros acham que a dengue acabou na pandemia. Percepção contrasta com os dados do ministério da saúde.** Agência Brasil; 15 de março de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-03/pesquisa-31-dos-brasileiros-acham-que-a-dengue-acabou-na-pandemia>. Acesso em: ago. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Estudo aponta que falta de saneamento prejudica mais de 130 milhões de brasileiros.** Agência Brasi; 25 de março de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/estudo-aponta-que-falta-de-saneamento-prejudica-mais-de-130-milhoes-de-brasileiros>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

ARAÚJO, C. P.; MEDINA, L. C.; CONDÉ, E. S. **Políticas públicas de saúde e bem-EstarSocial: fronteiras entre o financiamento público e o privado no Brasil e em Portugal.** Estudos de Sociologia, Recife, v. 1, n. 23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235791>. Acessado em: 27 nov. 2021.

ARAÚJO, C. P. **Informação, Comunicação e Saúde: campo interdisciplinar em construção.** **Informação & Comunicação**, v. 14, n. 1, p. 45-59, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/81513>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio** / André Barbosa Filho – 2. ed. – São Paulo: Paulinas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 228p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

BIANCO, N. R. Del. (org.). **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência/** São Paulo: INTERCOM,; il. – (ColeçãoGP'S : grupos de pesquisa; v. 5), 2012. 359 p.

Boletim epidemiológico. **Secretaria de vigilância em saúde / ministério da saúde.** v. 42/n.º 24/ jun.2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022> . Acesso em ago. 2022.

BRASIL61. **Falta de saneamento básico pode favorecer contágio da dengue.** Disponível em: <https://brasil61.com/noticias/falta-de-saneamento-basico-pode-favorecer-contagio-da-dengue-aede202797#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20especialista,o%20Aedes%20aegypti%20se%20reproduza>. Acessado em 11 de junho de 2023.

CARNIELLO, M. F. et al. Comunicação para o Desenvolvimento: Considerações para uma construção de Interfaces Temáticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Ano 2016. Disponível em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2601> . Acesso em Nov. de 2021.

CORRÊA, V. P. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. Regional, urbano e ambiental | 03 | dez. 2009. Ipeã. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5486/1/BRU_n3_desenvolvimento.pdf. Acessado em 21 de Nov. de 2021.

FERRAZ, L. M. R.; GOMES, I. M. de A. M. A construção discursiva sobre a dengue na mídia. **Rev Bras Epidemiol**. v.15, n. 1, p. 63-74, 2012.

FERREIRA, A. C. S. **O rádio na Plataforma digital: A web rádio da Universidade Estadual da Paraíba e sua contribuição social e acadêmica**. Ana Carolina Santos Ferreira – 2017. 96 p.: il. Color. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14570/1/PDF%20-%20Ana%20Carolina%20Santos%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, jul. – dez. 2011, pp. 41-69.

FOUCAULT, M. **Diálogo sobre poder**. In: MOTTA, M. B. da (Org.). Estratégia, poder-saber. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FURTADO, C. **Formação Economia do Brasil**. – São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2021.

GOMES, A. L. **O radiojornalismo em tempos de internet [recurso eletrônico]** / Adriano Lopes Gomes, Emanuel Leonardo dos Santos. – Natal, RN : EDUFRN, 2017. 75 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22872/3/O%20radiojornalismo%20em%20tempos%20de%20internet.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

HAESBAERT, R. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. ANTARES, nº 3 – Jan/jun 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

JANES, M. W.; C. M. C. da. **A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo**. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.4, p.1205-1215, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdv3rr8PmVW5hxYzffWsgfn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 19 nov. 2021.

JUNIOR, A. de O.; DIAS, K. **Saneamento básico e arboviroses: ações de informação, educação e comunicação (IEC) nas escolas.** p.92/102. In: Práticas interdisciplinares de informação, educação e comunicação em saúde para prevenção das arboviroses dengue, zika e chikungunya: desafios teóricos e metodológicos. Ana Valéria M. Mendonça e Maria Fátima de Sousa (orgs.). – Brasília : Editora ECoS, 2022. 202p.

LEONEL, M. S.; COSTA, M. S. de O. **“a culpa não é só do poder público, né?”: discursos de jornalistas sobre zika vírus no norte do Brasil.** p.173/186. In: Práticas interdisciplinares de informação, educação e comunicação em saúde para prevenção das arboviroses dengue, zika e chikungunya: desafios teóricos e metodológicos. Ana Valéria M. Mendonça e Maria Fátima de Sousa (orgs.). – Brasília : Editora ECoS, 2022. 202p.

LIMA, D. S. S. S. **Dos públicos na contemporaneidade: reflexões sobre o agendamento reverso e espiral do não-consenso.** Ano XV-n.12.Dezembro/2019.NAMID/UFPB/<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/index>.

MAGNONI, A. F. (Dino). **A comunicação e a opinião pública na era das redes sociais.** p.38/55. In: Opinião pública : empowerment e interfaces / Célia Maria Retz Godoy dos Santos (org.). - - Bauru : Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012. 169p.

MALAQUIAS, E. M. de M. **Rádio regional e desenvolvimento territorial : as emissoras de rádio de São Raimundo Nonato-PI no desenvolvimento do território Serra da Capivara /** Edite Maria de Moraes Malaquias. – 2018.

MARQUES, R. da S.; DOURADO, J. L. **A discussão da cidadania nos meios de comunicação piauienses, a partir do caso da Rede Clube.** p.453/476. In: Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional / Jacqueline Lima Dourado, Denise Maria Moura da Silva Lopes, Renan da Silva Marques, organizadores –Teresina: EDUFPI, 2016. 576 p.

MARQUES, R. M. C. et al. Prevalência das Arboviroses nas Capitais Nordestinas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e303111436280, 2022.

MATOS, H. H. G. de. **Comunicação e política e Comunicação Pública.** Ano 3. Número 4. 1º Semestre de 2006. Organicom. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138911>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MELO, P. B. de; ASSIS, R. V. de. **A imprensa como espaço dos discursos de poder.** p.233/255. In: Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional / Jacqueline Lima Dourado, Denise Maria Moura da Silva Lopes, Renan da Silva Marques, organizadores –Teresina: EDUFPI, 2016. 576 p.

MONTEIRO, R. L. **O poderoso Rádio: sons e palavras nas ondas do Vale do Paraíba.** Regionalização Midiática: Estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Org. José Marques de Melo, Cidoval Moraes de Sousa, Maria Cristina Gobbi – Rio de Janeiro: Sotese, 2006, p.349-365.

OLIVEIRA, I. A.; FREITAS, M. S. de. **Histórias e Trajetórias do Rádio em Campina Grande: Por um (re)conhecimento dos seus profissionais**. Alçar 2919; XII Encontro Nacional da História da Mídia, 19- 21 de Jul. 2019; Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2019.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. – São Paulo: Summus, 1985.

PAZIM, C. et al. **Uma discussão sobre o empowerment da opinião pública: cultura, educação e política**. p.11/27. In: Opinião pública : empowerment e interfaces / Célia Maria Retz Godoy dos Santos (org.). - - Bauru : Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012. 169p.

PINHEIRO, M. S. L.; DOURADO, J. L. **Celso Furtado em uma perspectiva comunicacional: uma reflexão das relações desenvolvimento, criatividade e inovação**. p.343/366. In: Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional / Jacqueline Lima Dourado, Denise Maria Moura da Silva Lopes, Renan da Silva Marques, organizadores –Teresina: EDUFPI, 2016. 576 p.

PRADO, E. V. do. **Programa de educação em saúde via rádio: percepção do ouvinte**. O mundo da saúde, São Paulo:: v.31, n. 3, p. 394-402, jul/set, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/programa_educacao_radio.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria De Vigilância À Saude, Gerência De Vigilância Ambiental Em Saúde. **Índices De Infestação Predial e de Breteau Para O Aedes Aegypti- (%)**, Conforme Lira: /2015/2016/2017/2018/2019/20121/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria De Vigilância À Saude, Gerência De Vigilância Ambiental Em Saúde. **Levantamento dengue Zap e Disck Dengue**, 2021 e 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria De Vigilância À Saude, Gerência De Vigilância Ambiental Em Saúde. **Organograma no combate as arboviroses**. 2014-2022.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C. de; CECÍLIO, L. C. de O.. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde**. 2012. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidad_e_4.pdf. Acesso em: 2 fev. 2023.

ROCHA, C. F. **A comunicação no âmbito do sistema único de saúde**. p.26/34. In: Práticas interdisciplinares de informação, educação e comunicação em saúde para prevenção das arboviroses dengue, zika e chikungunya: desafios teóricos e metodológicos. Ana Valéria M. Mendonça e Maria Fátima de Sousa (orgs.). – Brasília : Editora ECoS, 2022. 202p.

RUÓTOLO, A. C. **Audiência e Recepção: Perspectivas**. 1998. Disponível em: http://www.fca.pucminas.br/saogabriel/ci/raop/pdf/audiencia_recepcao.pdf. Acesso em: janeiro março de 2022.

SANTOS, C. M. R. G. dos (org.). **Opinião pública :empowerment e interfaces /**. Bauru : Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Utilidades/opiniao-publica-empowerment-e-interfaces.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. - Rio de Janeiro, Unesco, 1970. 439p.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações e soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (26) • May-Aug 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tBHF7JVDDLJwCLtD6sxKx9k/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade** | Amartya Sen ; tradução Laura Teixeira Morta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. - São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, C. M. **Quando as saídas estão no próprio labirinto: a comunicação dos riscos em saúde**. p.417-440/. In: **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação** [Recurso Eletrônico]/ Organizadores: Cilene Victor; Cidival Morais Sousa. – Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021. 526p. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/a_pandemia_na_sociedade_de_risco_-_versao_digital_-_eduepb.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

SOUSA, M. B. de. **Evolução histórica do radiojornalismo**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de set. 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1794-1.pdf>. Acesso em 21 Nov. 2021.

SOUSA, M. B. de. **Evolução histórica do radiojornalismo paraibano**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1794-1.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SOUZA, D. H. D. de. **Tensões midiáticas (ou conflitos de mediação) entre a comunidade e a Gestão pública- a agenda do calendário JPB**. 2016. 77 p. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2622/2/PDF%20-%20Denise%20Helena%20Delmiro%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

VICENTE, M. M. **Opinião pública e sociedade**. p.28/37. In: Opinião pública : empowerment e interfaces / Célia Maria Retz Godoy dos Santos (org.). - - Bauru :

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012. 169p.

VILLELA, E. F. de M. Representações sobre dengue na comunicação midiática: há preocupação com a competência informacional? **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, Mar., 2013.

VILLELA, E. F. de M. Comunicação de risco versus comunicação de crise na saúde pública: o discurso das autoridades diante de uma epidemia de dengue. **RECIIS – RevEletronComunInflnov Saúde**. v. 10, n. 4, out.-dez, 2016.

ZUCULOTO, V. R. M. **No ar – a história da notícia de rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.